



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://etc.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

RELATÓRIO DE AUDITORIA

PROCESSO TCE-PE nº: 17100048-1

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - GOVERNO

UNIDADE JURISDICIONADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

EXERCÍCIO: 2016

RELATOR: CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL

UNIDADE FISCALIZADORA: GERÊNCIA DE CONTAS DE GOVERNOS MUNICIPAIS

SERVIDOR(A) DESIGNADO(A): ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validadoc.seam?Codigo_documento:e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	4
2.1 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)	4
2.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	4
2.3 CRÉDITOS ADICIONAIS	5
2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6
2.4.1 RECEITA ARRECADADA	9
2.4.2 DESPESA EXECUTADA	11
3 GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	11
3.1 CONTROLE POR FONTE/DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	12
3.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA (CAPACIDADE DE PAGAMENTO A CURTO PRAZO)	13
3.3 ASPECTOS RELACIONADOS AO ATIVO	14
3.3.1 DÍVIDA ATIVA	14
3.4 ASPECTOS RELACIONADOS AO PASSIVO	17
3.4.1 RESTOS A PAGAR DO PODER EXECUTIVO	17
3.4.2 RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	20
3.4.3 PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	22
4 REPASSE DE DUODÉCIMOS À CÂMARA DE VEREADORES	24
5 GESTÃO FISCAL	25
5.1 DESPESA TOTAL COM PESSOAL	25
5.2 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	28
5.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	28
5.4 DISPONIBILIDADE DE CAIXA E IMPACTO NO ART. 42 DA LRF	28
6 GESTÃO DA EDUCAÇÃO	30
6.1 APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	33
6.2 APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	34
6.3 LIMITE DO SALDO DA CONTA DO FUNDEB	35
7 GESTÃO DA SAÚDE	35
7.1 APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	38
8 GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	39
8.1 EQUILÍBRIO FINANCEIRO	40
8.2 EQUILÍBRIO ATUARIAL	41
8.3 RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	43
8.4 ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO	45
9 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	46
9.1 TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO	46
10 RESUMO CONCLUSIVO	47
10.1 IRREGULARIDADES E DEFICIÊNCIAS	47
10.2 POSSÍVEIS REPERCUSSÕES LEGAIS	49
10.3 TABELA DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	50



1 INTRODUÇÃO

Este relatório de auditoria tem por objetivo analisar a prestação de contas da Prefeita do Município de Condado, Sra. SANDRA FÉLIX DA SILVA relativa ao exercício de 2016, e subsidiar a emissão, por este Tribunal, do respectivo parecer prévio, na forma do artigo 86, § 1º, inciso III, da Constituição Estadual e do artigo 2º, II, da Lei Estadual nº 12.600/2004.

A prestação de contas mencionada, recebida por esta Corte em 30/03/2017, dentro do prazo estabelecido no art. 24-A da Lei Estadual nº 12.600/2004, foi autuada sob o nº 17100048-1 e consolidou as contas dos Poderes Executivo e Legislativo municipal. As informações do Poder Executivo, por sua vez, apresentam os resultados das administrações direta e indireta constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, incluindo os fundos especiais.

Os exames foram conduzidos de acordo com as normas e procedimentos gerais relacionados ao Controle Externo, segundo Resolução TC nº 13/96, compreendendo:

- a) Análise quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;
- b) Análise dos resultados consolidados da entidade e dos instrumentos de planejamento governamental;
- c) Verificação quanto à conformidade às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como observância de limites estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;
- d) Observância às normas legais vigentes, incluídas as resoluções e decisões deste Tribunal;
- e) Análise das peças que integram a prestação de contas, bem como dos demais documentos posteriormente juntados ao processo.

A análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores - inclusive o Prefeito, quando ordenador de despesa - e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os artigos 29, § 2º e 30, inciso II, da Constituição Estadual.

Registre-se que o Sra. SANDRA FÉLIX DA SILVA atuou como ordenadora de despesas da Prefeitura Municipal de Condado, conforme relação dos responsáveis da prestação de contas de gestão de 2016, disponível no sistema de processo eletrônico do TCE-PE¹.

¹ <http://tce.tce.pe.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam>



2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A estimativa de receita e a fixação da despesa do exercício de 2016, conforme Lei Municipal nº 1003/2015, foram aprovadas conforme apresentado na Tabela 2.1.

Tabela 2.1 Receitas e Despesas na Lei Orçamentária Anual 2016

Lei Orçamentária Anual	Valor (R\$)	% de Participação
Receita Prevista	63.170.000,00(1)	-
Despesa Fixada (A + B + C + D)	63.170.000,00	-
Orçamento Fiscal (A)	43.721.500,00(1)	69,21
Orçamento da Seguridade Social		
Saúde (B)	13.101.500,00(1)	20,74
Assistência Social (C)	1.925.000,00(1)	3,05
Previdência Social (D)	4.422.000,00(1)	7,00

Fonte: (1)Lei Orçamentária Anual

Verificou-se que a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 apresentou um montante previsto para as receitas de operações de crédito inferior ao das despesas de capital não contrariando o artigo nº 12, § 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.2 Programação Financeira e Cronograma Mensal de Desembolso

A Programação Financeira visa compatibilizar a realização da receita e a execução da despesa, correspondendo ao fluxo de caixa para o exercício de referência, enquanto que o Cronograma de Desembolso Mensal corresponde ao desdobramento das dotações fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) em metas mensais de desembolso, com base na existência e efetivo ingresso de receitas.

A elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolsos, além de disciplinar o fluxo de caixa, visa ao controle do gasto público, frente a eventuais frustrações na arrecadação da receita.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu artigo 8º, determina que o Poder Executivo estabeleça a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até 30 dias após a publicação do orçamento, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Uma vez que, ao final de um bimestre, a realização da receita venha a não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo deverão promover, nos 30 dias subsequentes, a



limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO (art. 9º da LRF).

Conforme Decreto nº 32/2015 presente no Documento 25, o Município de Condado elaborou a programação financeira e o cronograma mensal de desembolsos, em conformidade com o art. 8º da LRF.

Verificou-se que, em obediência ao previsto no art. 13 da LRF², a programação financeira tem previsão mensal das receitas.

Não foi identificada a especificação, em separado, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Não especificar em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa pode proporcionar o julgamento do Prefeito pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática. A sanção prevista é a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII)³.

2.3 Créditos Adicionais

Créditos adicionais são as autorizações de despesa não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento⁴.

A Lei Orçamentária nº 1003/2015 (Documento 49) não dispõe sobre o limite de percentual de abertura de créditos adicionais em relação a despesa fixada.

Como não houve limite previsto na legislação supramencionada, os créditos foram abertos pelas Leis Municipais nº 1007/2016, 1015/2016, 1016/2016 e 1023/2016 de acordo com Leis e Decretos referentes a créditos adicionais (Documento 38).

Observou-se a abertura de R\$ 5.342.000,00 em créditos adicionais, todos

² Segundo a LRF:

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

³ BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2014. p. 669.

⁴ A Lei 4.320/64 prevê que os Créditos Adicionais, que podem ser de três tipos:

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.”



correspondentes a créditos suplementares, conforme levantamento a partir do Mapa Demonstrativo das Leis e Decretos (Documento 37).

Verificou-se que os créditos foram abertos com fonte de recursos proveniente da anulação de dotações orçamentárias, o que, quantitativamente, não repercute como alteração do valor total orçado das despesas, ou seja, não foi elevado o valor global do orçamento inicial.

Contudo, em relação ao orçamento inicial, houve uma alteração qualitativa da ordem de 8,46%⁵.

Verifica-se, portanto, que não foram abertos créditos adicionais sem autorização do Poder Legislativo.

Os créditos adicionais abertos no exercício se configuraram da seguinte forma⁶:

- a) 95,32 % referentes a créditos suplementares;
- b) 4,68% referentes a créditos especiais.

2.4 Execução Orçamentária

A execução orçamentária do município de Condado, no exercício de 2016, ocorreu conforme exposto:

Tabela 2.4a Execução Orçamentária

Descrição	Previsão / Autorização	Arrecadação / Execução	% Executado
Receita (A)	63.170.000,00(1)	50.266.061,08(2)	79,57
Despesa (com alterações orçamentárias*) (B)	63.170.000,00(1)	45.826.527,46(3)	72,54
Superavit de Execução Orçamentária (A - B)		4.407.034,55	

Observação: Os créditos adicionais abertos no exercício perfizeram o montante de R\$ 5.342.000,00(4).

Fonte: (1) Balanço Orçamentário do município (documento 04)
(2) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
(3) Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Executada).
(4) Mapa demonstrativo das leis e decretos referentes aos créditos adicionais abertos no exercício (documento 37)

⁵ Percentual oriundo da divisão entre o valor dos créditos adicionais abertos no exercício e o valor da despesa fixada inicial (Tabela 2.1).

⁶ Segundo a Lei nº 4.320/64, (art. 41), os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

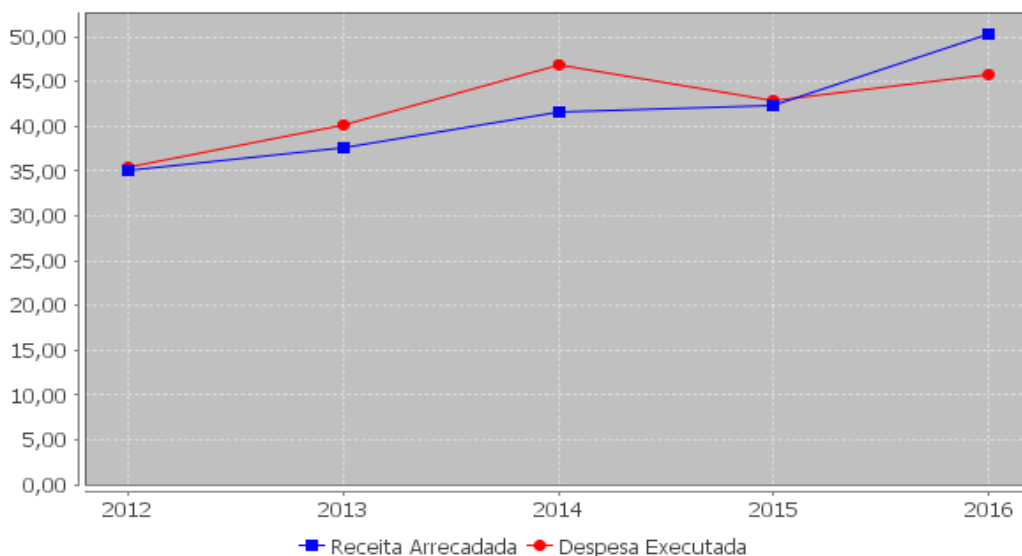


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d5-4-82f0-5ac660799c8c

Receita Arrecadada e Despesa Realizada - Condado (2012 a 2016) - Em milhões



Fonte: Relatórios de Auditoria e Itens 2.5.1 e 2.5.2 deste relatório.

A seguir, cálculos dos quocientes de desempenho da arrecadação e de execução da despesa referente aos exercícios de 2012 a 2016:

a) Quociente de Desempenho da Arrecadação (QDA):

Tabela 2.4b Quociente de Desempenho da Arrecadação

Exercício	2016	2015	2014	2013	2012
Receita Arrecadada (A)	50.266.061,08(3)	42.390.862,64(2)	41.584.514,42(2)	37.551.919,89(2)	35.078.945,35(2)
Receita Prevista (B)	63.170.000,00(1)	63.048.000,00(2)	62.841.000,00(2)	63.700.000,00(2)	64.000.000,00(2)
QDA (A/B)	0,80	0,67	0,66	0,59	0,55

Fonte: (1)Item 2.4. deste relatório (Balanço Orçamentário).
(2)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(3)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

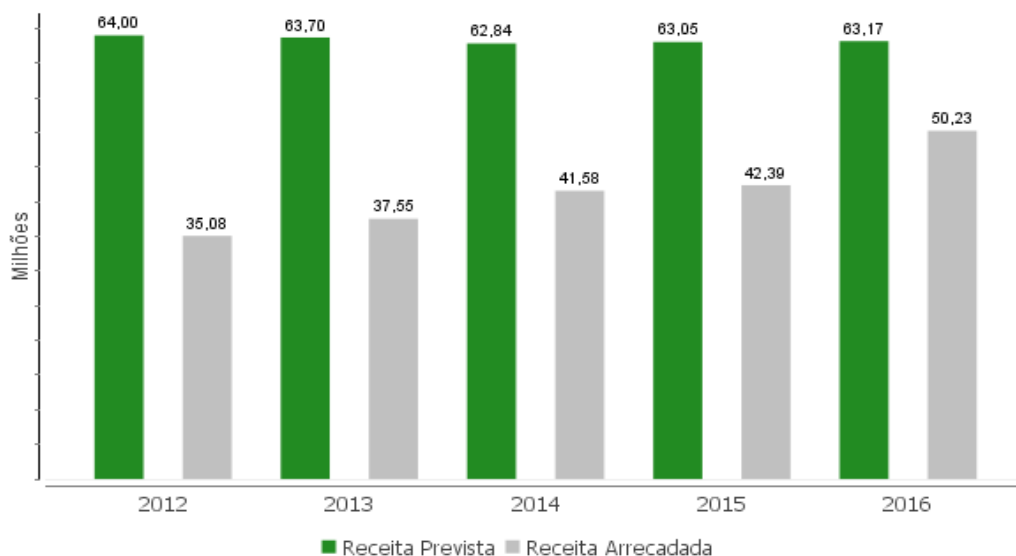


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

Receita Prevista x Receita Arrecadada - Condado (2012-2016) – Em milhões



O quociente de desempenho da arrecadação foi de 0,80, indicando que para cada R\$ 1,00 previsto, foram arrecadados R\$ 0,80.

b) Quociente de Execução de Despesa (QED):

Tabela 2.4c Quociente de Execução de Despesa

Exercício	2016	2015	2014	2013	2012
Despesa Realizada (A)	45.826.527,46(3)	42.943.703,22(2)	46.912.467,01(2)	40.166.059,71(2)	35.424.744,11(2)
Despesa Autorizada (B)	63.170.000,00(1)	63.048.000,00(2)	62.841.000,00(2)	63.700.000,00(2)	64.000.000,00(2)
QED (A/B)	0,73	0,68	0,75	0,63	0,55

Fonte: (1)Item 2.4. deste relatório (Balanço Orçamentário).
(2)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(3)Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Executada).

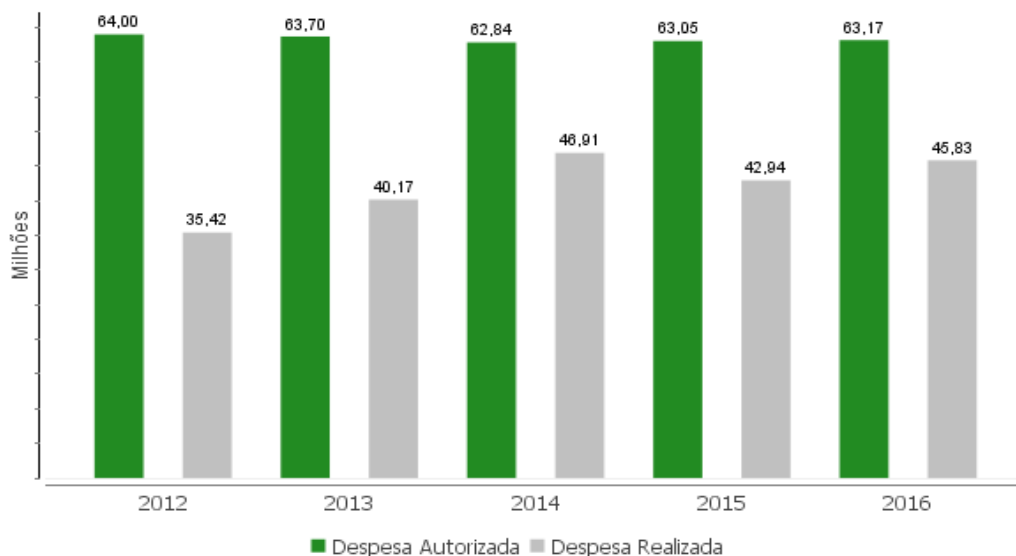


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

Despesa Autorizada x Despesa Realizada - Condado (2012-2016) – Em milhões



Por este quociente, para cada R\$ 1,00 de despesa autorizada, foram empenhados R\$ 0,73, resultando em economia orçamentária.

2.4.1 Receita Arrecadada

A receita arrecadada atingiu o montante de R\$ 50.266.061,08, com a composição apresentada na Tabela 2.4.1a.

Tabela 2.4.1a Receitas Arrecadadas no exercício de 2016

Receita	Arrecadação
1. RECEITA CORRENTE	51.481.546,80
Receita Tributária	2.246.899,15(1)
Receita de Contribuições	2.539.200,72(1)
Receita Patrimonial	662.157,53(1)
Receita Agropecuária	0,00(1)
Receita Industrial	0,00(1)
Receita de Serviços	344.755,00(1)
Transferências Correntes	45.527.448,85(1)
Outras Receitas Correntes	161.085,55(1)
2. RECEITAS DE CAPITAL	620.874,05
Operações de Crédito	0,00(1)
Alienação de Bens	0,00(1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

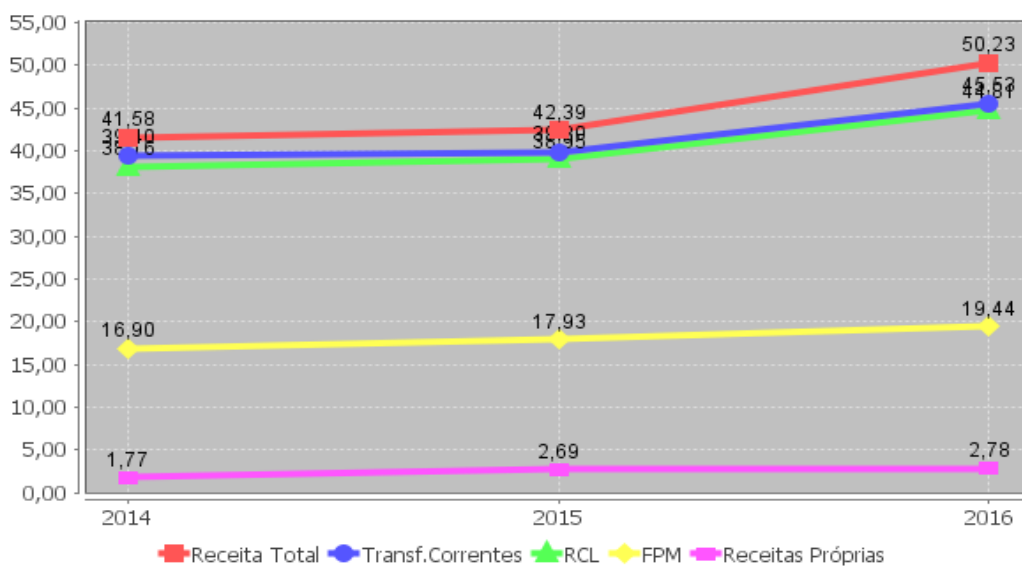
Tabela 2.4.1a Receitas Arrecadadas no exercício de 2016

Receita	Arrecadação
Amortização de Empréstimos	0,00(1)
Transferências de Capital	620.874,05(1)
Outras Receitas de Capital	0,00(1)
3. DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.614.019,14(1)
4. RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.777.659,37(1)
TOTAL DA RECEITA (1 + 2 - 3 + 4)	50.266.061,08

Fonte: (1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Visualiza-se a seguir o comportamento da arrecadação da receita nos últimos exercícios:

Receita Total, Transferências Correntes, RCL, FPM e Receitas Tributárias Próprias⁷
Série Histórica (2014-2016) - Valores correntes em R\$ milhões



Fonte: Relatórios de Auditoria de 2014, 2015 e Apêndices I e II deste relatório.

Da análise dos valores coligidos no Apêndice II deste relatório, apurou-se que a Receita Corrente Líquida (RCL) do Município de Condado, durante o exercício de 2016, alcançou o total de R\$ 44.808.079,94, divergente com o apresentado no Relatório de Gestão Fiscal (Documento 12) referente ao encerramento do exercício.

Já as receitas tributárias próprias⁸ do Município de Condado, as quais se constituem do somatório de IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Taxas, Contribuição de Iluminação Pública e Dívida

⁷ As receitas tributárias próprias referem-se ao somatório das seguintes receitas: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Taxas, Contribuição de Iluminação Pública e Dívida Ativa Tributária. Os valores destes tributos estão discriminados no Apêndice I.

⁸ Idem.



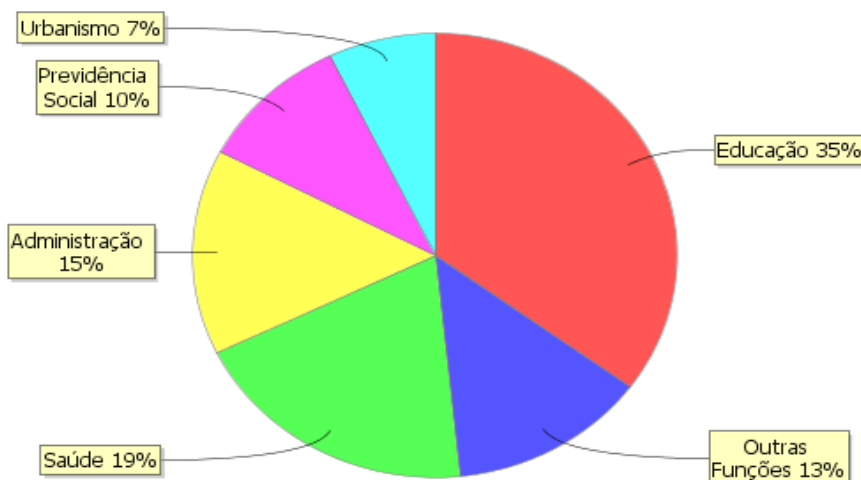
Ativa Tributária, perfizeram um total de R\$ 2.781.502,17 (Apêndice 1 deste relatório), equivalentes a 5,53% das receitas orçamentárias arrecadadas.

Em 2016, as receitas de transferências correntes e, dentro destas a receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ambas deduzidas as transferências para o FUNDEB, representaram 81,45% e 33,72%, respectivamente, em relação à receita total.

2.4.2 Despesa Executada

A análise das despesas por função revelou que os recursos utilizados pelo município de Condado totalizaram R\$ 45.826.527,46 e foram alocados conforme demonstrado a seguir:

Distribuição da Despesa Empenhada por Função (%) - Condado (2016)



Fonte:

(1) Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas (documento 20)

3 GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Diante das recentes mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os impactos gerados, notadamente, nos grupos de contas que integram os novos Balanços Financeiro e Patrimonial, bem como os prazos limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais, de observância obrigatória pelos entes da Federação, este capítulo buscará focar o cumprimento dos procedimentos propostos e comentar sobre alguns novos demonstrativos que auxiliarão a leitura das mencionadas peças contábeis.



3.1 Controle por fonte/destinação dos recursos

A contabilidade no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve observar as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Nele está estabelecido que o controle das disponibilidades financeiras por fonte/destinação de recursos deve ser feito desde a elaboração do orçamento até a sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários⁹.

Com fundamento na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em seu parágrafo único do art. 8º combinado com o art. 50, inciso I¹⁰, o MCASP estabelece, em detalhes, o seguinte sobre a classificação orçamentária por fontes/destinações de recursos¹¹:

Na arrecadação, além do registro da receita orçamentária e do respectivo ingresso dos recursos financeiros, deverá ser lançado, em contas de controle, o valor classificado na fonte/destinação correspondente (disponibilidade a utilizar), bem como o registro da realização da receita orçamentária por fonte/destinação.

Na execução orçamentária da despesa, no momento do empenho, deverá haver a baixa do crédito disponível conforme a fonte/destinação e deverá ser registrada a transferência da disponibilidade de recursos para a disponibilidade de recursos comprometida. Na saída desse recurso deverá ser adotado procedimento semelhante, com o registro de baixa do saldo da conta de fonte/destinação comprometida e lançamento na de fonte/destinação utilizada.

Ainda de acordo com o MCASP, o Balanço Patrimonial será composto de: (a) Quadro Principal; (b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; (c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e (d) Quadro do Superavit/Deficit Financeiro¹².

Este último demonstrativo, o Quadro do Superavit/Deficit Financeiro, apresenta o superavit ou deficit financeiro do exercício, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. Além disso, deve identificar, detalhadamente, se os recursos são vinculados ou não e, no caso dos vinculados, indicar a finalidade de cada um.

Por conseguinte, o Quadro do Superavit/Deficit Financeiro será utilizado nesta análise com a finalidade de verificar se houve a evidenciação das disponibilidades por fonte/destinação de recursos, de modo segregado¹³, segundo previsto no MCASP.

⁹ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição, p. 119 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014).

¹⁰ Art. 8º (...)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.”

(...)

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

¹¹ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 6ª Edição, p. 119 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014).

¹² Ibidem. p. 324.

¹³ No Quadro do Superavit/Deficit Financeiro pode ser o caso de algumas fontes de recursos apresentarem saldo superavitário e outras saldo deficitário, contudo o total de todos os saldos deve corresponder ao superavit ou deficit financeiros do exercício (o qual também



Analisando as informações que integram o Balanço Patrimonial (Documento 6) evidencia-se um superavit financeiro de R\$ 3.521.766,34.

Identificou-se a evidenciação das disponibilidades por destinação de recursos, de modo segregado, no Quadro do Superavit/Deficit Financeiro, do Balanço Patrimonial, em obediência ao previsto no MCASP.

Registre-se ainda que as receitas e despesas orçamentárias informadas no Balanço Financeiro (Documento 5) foram apresentadas de forma detalhada, de modo a evidenciar o controle contábil por fonte/destinação dos recursos, discriminando as fontes ordinárias e vinculadas de receitas e suas respectivas aplicações em despesas, em obediência ao previsto no MCASP.

3.2 Situação Financeira (capacidade de pagamento a curto prazo)

A análise da situação financeira permite aferir a capacidade do ente para pagar suas obrigações. Será aqui observada sob duas formas: considerando apenas os recursos de caixa e bancos (as disponibilidades), ou todos os recursos realizáveis nos doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis. No primeiro caso, tem-se a liquidez imediata e, no segundo, a liquidez corrente do município.

Em ambos os casos, os valores serão confrontados com as obrigações registradas no passivo circulante do ente, ou seja, com os valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. As conclusões devem levar à tomada de medidas voltadas para a prevenção de insuficiências financeiras.

É oportuno desconsiderar neste cálculo os recursos pertencentes ao regime próprio de previdência social (RPPS), posto que são vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários atuais e futuros.

As tabelas 3.2a e 3.2b apresentam os valores registrados pelo município de Condado nos exercícios de 2015 e 2016.

corresponderá ao resultado da diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro constantes do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, correspondente ao item (b) do parágrafo anterior no texto deste relatório).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

Tabela 3.2a Liquidez Imediata (sem o RPPS)

Descrição	2016	2015
Disponível (Exceto RPPS) (A=B-C)	3.732.225,98	1.880.140,05
Disponível do Município (B)	6.845.387,95(1)	4.472.752,18(2)
Disponível do RPPS (C)	3.113.161,97(3)	2.592.612,13(2)
Passivo Circulante (Exceto RPPS) (D=E-F)	2.866.006,22	8.428.723,98
Passivo Circulante do Município (E)	2.871.718,64(4)	8.445.650,78(2)
Passivo Circulante do RPPS (F)	5.712,42(3)	16.926,80(2)
Liquidez Imediata sem RPPS (A-D)	866.219,76	-6.548.583,93

Fonte: (1)Balanço Patrimonial (Documento 06)
(2)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(3)Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência - RPPS (documento 30)
(4)Balanço Patrimonial do município (Documento 06)

Tabela 3.2b Liquidez Corrente (sem RPPS)

Descrição	2016	2015
Ativo Circulante (Exceto RPPS) (A=B-C)	3.979.932,79	2.186.798,95
Ativo Circulante do Município (B)	7.093.094,76(1)	4.779.411,08(2)
Ativo Circulante do RPPS (C)	3.113.161,97(3)	2.592.612,13(2)
Passivo Circulante (Exceto RPPS) (D=E-F)	2.866.006,22	8.428.723,98
Passivo Circulante (E)	2.871.718,64(4)	8.445.650,78(2)
Passivo Circulante do RPPS (F)	5.712,42(4)	16.926,80(2)
Liquidez Corrente sem RPPS (A-D)	1.113.926,57	-6.241.925,03

Fonte: (1)Balanço Patrimonial (Documento 06)
(2)Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(3)Balanço Patrimonial do Regime Próprio de Previdência - RPPS (documento 30)
(4)Item 3.2.1 deste relatório (Liquidez Imediata).

Da análise da Tabela 3.2a, constata-se que o município de Condado, ao final do exercício de 2016, apresentou liquidez imediata de R\$ 866.219,76.

A tabela 3.2b demonstra que, agora considerando todos os recursos realizáveis em até doze meses (ativo circulante), a liquidez corrente ao final do exercício de 2016 atingiu o montante de R\$ 1.113.926,57.

Comparando os valores calculados acima com aqueles obtidos no exercício anterior, observa-se uma melhoria da capacidade de pagamento dos compromissos realizáveis em até doze meses.

3.3 Aspectos relacionados ao Ativo

3.3.1 Dívida Ativa

A Dívida Ativa Municipal se refere a tributos, multas e créditos em favor do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

município, lançados e não recolhidos no exercício. No exercício de 2016 o saldo da Dívida Ativa do Município de Condado alcançou a cifra de R\$ 14.051.813,38 (Tabela 3.3.1).

Conforme demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado, a Dívida Ativa constitui grupo de avaliação monetária que corresponde a 39,15% de todos os ativos. Desse valor, predomina a Dívida Ativa Tributária, representando 70,34%, enquanto a Dívida Ativa Não Tributária correspondeu a 29,66%.

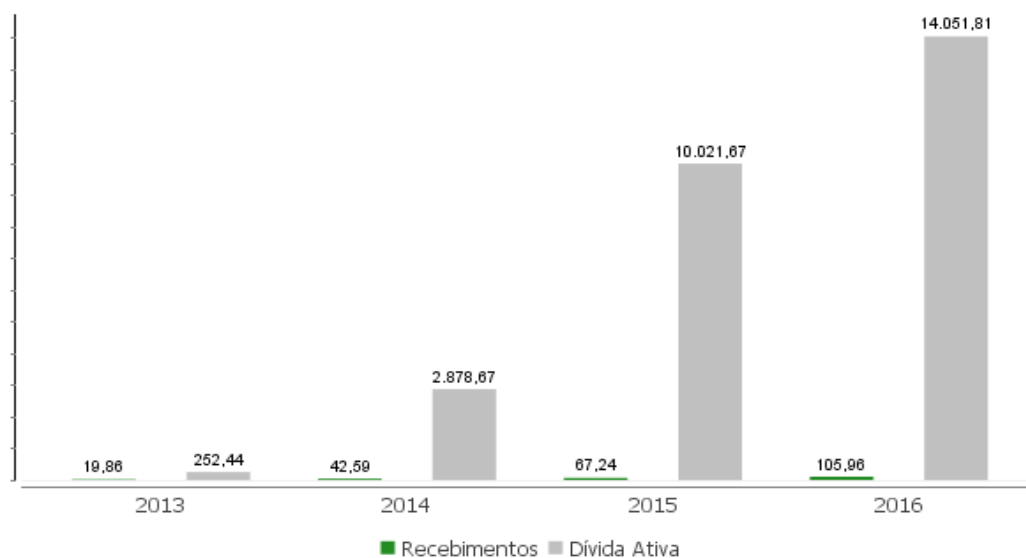
A seguir demonstra-se a evolução do saldo da Dívida Ativa entre os exercícios de 2013 e 2016. Também é demonstrado o percentual de recebimento, obtido da relação entre os recebimentos no exercício e o saldo final da dívida ativa do exercício anterior.

Tabela 3.3.1 Dívida Ativa

Descrição	2016	2015	2014	2013
Dívida Ativa (Saldo Final)	14.051.813,38(3)	10.021.673,12(2)	2.878.669,96(2)	252.436,68(2)
Recebimentos	105.956,18(1)	67.238,05(2)	42.594,21(2)	19.855,28(2)
% Recebimento ¹⁴	1,06	2,34	16,87	7,29 ¹⁵

Fonte: (1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
(2) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior
(3) Balanço Patrimonial do município (Documento 06)

Evolução do Saldo da Dívida Ativa e dos Recebimentos - Condado (2013-2016) – Em milhares



Fonte: Processos de Prestação de Contas (2013 a 2016)

Observa-se acima que o estoque da Dívida Ativa do Município de Condado passou de R\$ 10.021.673,12 em 31/12/2015 para R\$ 14.051.813,38 em 31/12/2016, representando um

¹⁴ Percentual obtido pela razão entre a Dívida Ativa (Saldo Final) do exercício anterior e o valor recebido no exercício relativo a cada coluna.

¹⁵ No exercício de 2012, o saldo final da Dívida Ativa foi de R\$ 272.291,96, conforme Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício de 2015.



acréscimo de 40,21%.

A arrecadação da dívida ativa no exercício em análise foi de 105.956,18(1), representando 1,06% do saldo em 31/12/2015 (R\$ 10.021.673,12). Tal fato correspondeu a um aumento de arrecadação em relação a 2015, que foi de R\$ 67.238,05.

Considerando que boa parte dos valores registrados na Dívida Ativa não possua alta liquidez (não tenha perspectiva concreta, de fato, de vir a se efetivar como recurso para o ente público), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – com base nos Princípios Contábeis da Oportunidade e da Prudência¹⁶ -, passou a exigir, por meio da Portaria nº 564, de 27 de outubro de 2004, que aprova o Manual de Procedimentos da Dívida Ativa (art. 2º), a regular constituição de provisão para créditos inscritos em dívida ativa de recebimento incerto.

O referido manual assim fundamenta:

7.3.6 Os valores lançados como Dívida Ativa, pela própria natureza, carregam consigo um grau de incerteza com relação ao seu recebimento. Especialmente, para o caso da União, a relação entre o valor registrado no Ativo e o valor recebido ano a ano é pequena, permitindo concluir-se que apenas essa parcela do valor contabilizado é efetivamente realizada.

7.3.7 No entanto, esses créditos inadimplentes figuram no Ativo da Entidade, ainda que no longo prazo, influenciando qualquer análise que se pretenda sobre os demonstrativos contábeis consolidados. Em atendimento aos Princípios da Oportunidade e da Prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da Entidade.

7.3.8 Procedimento adequado às Normas Brasileiras, assim como à Legislação vigente, é a provisão para ativos que dificilmente serão recebidos, ajustando-se o saldo da Dívida Ativa pela resultante do valor inscrito e da conta redutora denominada Provisão para Dívida Ativa de Recebimento Duvidoso. Este procedimento harmoniza as Normas Nacionais de Contabilidade com as Internacionais.

(...)

8.4.1 Em observância aos dispositivos legais pertinentes, os créditos classificáveis em Dívida Ativa devem ser inicialmente registrados no Ativo de Longo Prazo, considerando a incerteza intrínseca de sua condição.

8.4.2 No entanto, a ação de cobrança dos órgãos competentes pela gestão do estoque da Dívida Ativa, em todas as esferas de governo, gera um fluxo real de recebimentos, mensurável em cada exercício. Esse fluxo constitui-se em uma base de valores históricos representativa para uma estimativa de recebimentos futuros.

8.4.3 Por outro lado, o sucesso das ações de cobrança acaba resultando em cronogramas de recebimento, firmados com datas e parcelas definidas, por vezes

¹⁶ Artigos 6º e 10 da Resolução nº 730/2003, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

em contratos registrados com garantias reais.

8.4.4 Dessa forma, deve-se reclassificar os créditos inscritos de acordo com a expectativa de sua realização, enquadrando-os como Dívida Ativa de Curto Prazo e Dívida Ativa de Longo Prazo.

De outra parte, a Portaria STN nº 548, de 24.09.2015 (publicada no DOU em 29.09.2015), que dispõe sobre prazos e limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual, em seu Anexo I, Item 3.9, demonstra, em quadro resumo, os prazos definidos para que os entes federativos passem a adotar procedimentos relativos aos registros contábeis da Dívida Ativa.

Para os municípios, a adoção de medidas relativas à preparação de sistemas e outras providências de implantação e à obrigatoriedade dos registros contábeis deve ser imediata. Logo, já no Balanço Patrimonial do exercício 2016 do município de Condado deveria constar a conta redutora de Ativo - Provisão para Perdas de Dívida Ativa.

Analisando a mencionada peça contábil verifica-se que a provisão não foi constituída (Documento 6). Registre-se, que 100% do total da dívida Ativa foi classificado no Ativo Não Circulante. Por fim, entende-se relevante comentar que não foram detalhados em Notas Explicativas os critérios utilizados para a definição da expectativa de realização dos créditos.

Analisando a mencionada peça contábil, verifica-se que a provisão não foi constituída, evidenciando no Balanço Patrimonial uma situação não compatível com a realidade (Documento 06). Registre-se que 100% do total da dívida ativa foi classificado no Ativo Não Circulante. Por fim, entende-se relevante comentar que não foram detalhados em Notas Explicativas os critérios utilizados para a definição de expectativa de realização de créditos.

Por outro lado, ao se verificar as informações que integram o “Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público” (Documento 26), que trata da implantação das Novas Regras Aplicadas ao Setor Público (Poder Executivo), quanto ao procedimento contábil patrimonial (Parte II do MCASP), referente ao tópico 4: “Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária e respectivo ajuste para perdas”, constata-se o seguinte: que o setor financeiro responsável pela tributação concluiu em 31.12.2016.

3.4 Aspectos relacionados ao Passivo

3.4.1 Restos a pagar do Poder Executivo

Nos termos do art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64: “Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

Sobre os Restos a Pagar, o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional explica:

Para que a despesa seja empenhada, liquidada, paga ou inscrita em restos a pagar, deve, anteriormente, ter sido compatibilizada e adequada à LOA, à LDO e ao PPA, ter sido efetuada a devida programação financeira e a adequada estimativa orçamentário-financeira seguindo os procedimentos licitatórios devidos. (...) Portanto, os restos a pagar constituem instituto que somente existe em consequência da execução orçamentário-financeira da despesa referente à parcela do orçamento empenhada e pendente de pagamento no encerramento do exercício, sendo que a parcela liquidada será inscrita em restos a pagar processados e a pendente de liquidação, em restos a pagar não processados¹⁷.

Para o exercício em análise, verifica-se um volume de inscrição de Restos a Pagar no valor de R\$ 671.222,15, sendo R\$ 332.991,85 correspondentes a Restos a Pagar Liquidados e R\$ 338.230,30 a Restos a Pagar Empenhados e não Liquidados (Tabela 3.4.1a).

No que se refere à composição dos Restos a Pagar, têm-se na Tabela 3.4.1a o comportamento do saldo nos exercícios de 2015 e 2016, bem como os quocientes de inscrição em 2016.

Tabela 3.4.1a Saldo de restos a pagar e cálculo do quociente de inscrição

Descrição	Valor 2016	Valor 2015
Saldo de RP liquidados (A)	1.413.176,98(1)	4.035.224,16(3)
Saldo de RP empenhados e não liquidados (B)	486.164,25(1)	2.674.202,67(3)
Inscrição de RP liquidados (C)	332.991,85(1)	
Inscrição de RP empenhados e não liquidados (D)	338.230,30(1)	
Total da despesa empenhada (E)	45.826.527,46(2)	
Quociente de inscrição de RP liquidados (C/E x 100)	0,73	
Quociente de inscrição de RP empenhados e não liquidados (D/E x 100)	0,74	

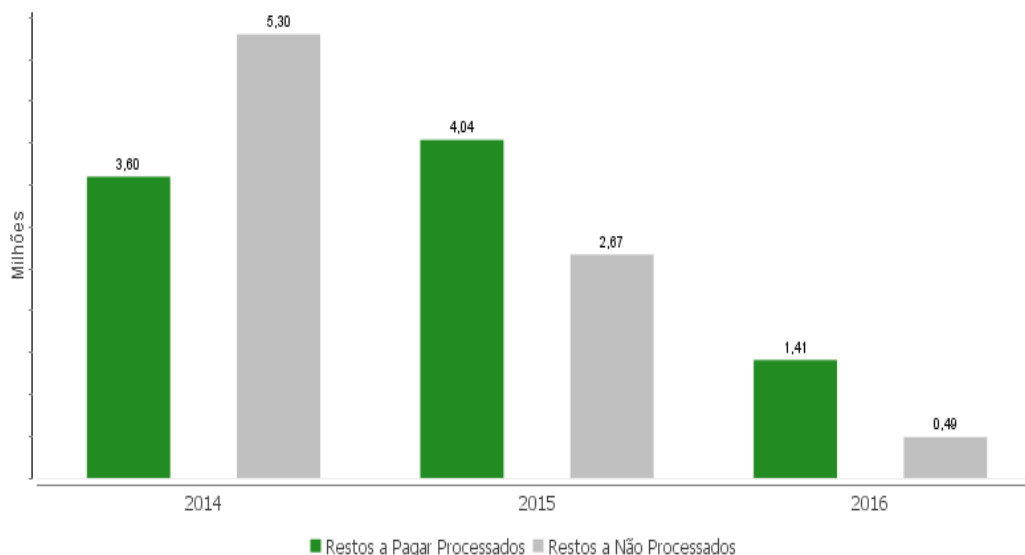
Fonte: (1) Demonstrativo de Dívida Flutuante (Documento 10)
(2) Item 2.4.2 deste relatório (Despesa Executada).
(3) Relatório de Auditoria Contas do Prefeito Municipal 2015

¹⁷ BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2014. p. 637.



Em relação ao saldo de Restos a Pagar do exercício de 2015, observou-se um decréscimo de 64,98% em relação aos Restos a Pagar liquidados e um decréscimo de 81,82% em relação aos Restos a Pagar empenhados e não liquidados. Discrimina-se no gráfico a seguir essa evolução.

Saldo dos Restos a Pagar - Condado (2014-2016)



Fonte:

Relatório de Auditoria de contas de governo do exercício anterior e Demonstrativo da Dívida Flutuante, exercício 2016 (Documento 10).

Segundo orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, os Restos a Pagar Não Processados do exercício somente poderão ser inscritos, considerando-se a sua vinculação, caso haja disponibilidade de caixa líquida.

A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) prevê, no § 1º, de seu art. 1º, a necessidade de obediência aos limites e condições para inscrição de Restos a Pagar como um pressuposto de responsabilidade fiscal.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (grifo nosso)

Com objetivo de dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa, é elaborado, pelos Poderes Executivo e Legislativo municipal, o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, correspondente ao Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do último quadrimestre de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppa/validaDoc.aspx?Codigo=documento:34c9924079dd-4d54-82f0-5ac660799c8c>

Nas Tabelas 3.4.1b e 3.4.1c tem-se informações do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar do RGF do 3º Quadrimestre de 2016 de 2016 da Prefeitura de Condado (p. 13 do Documento 12).

Tabela 3.4.1b Controle da Disponibilidade de Caixa

Descrição	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados	Total dos Recursos
Disponibilidade de Caixa Bruta (A)	2.880.266,52(1)	827.421,91(1)	3.707.688,43
RP Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores (B)	117.558,36(1)	962.625,76(1)	1.080.184,12
RP Liquidados e Não Pagos do Exercício (C)	68.716,10(1)	261.558,37(1)	330.274,47
RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	111.252,23(1)	36.681,72(1)	147.933,95
Demais Obrigações Financeiras (E)	-214.016,55(1)	1.658.992,74(1)	1.444.976,19
Disponibilidade de Caixa Líquida (F = A-B-C-D-E)	2.796.756,38	-2.092.436,68	704.319,70

Tabela 3.4.1c Restos a Pagar não Liquidados por origem dos recursos

Descrição	Recursos Vinculados	Recursos Não Vinculados	Total dos Recursos
RP Empenhados e Não Liquidados do Exercício	156.604,78(1)	181.625,52(1)	338.230,30

Fonte (Tabelas 3.4.1b e 3.4.1c):

(1) Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)

Ao comparar o saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de recursos com o valor dos Restos a Pagar empenhados e não liquidados no exercício (Documento 12), identifica-se que houve inscrição de restos a pagar não processados a serem custeados com recursos não vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa.

Esta inscrição supracitada provocou a assunção nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, sem contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa, conforme detalhes da tabela no item 5.4.

Registre-se que a inexistência de disponibilidade para o pagamento de despesas deste e de outros exercícios poderá comprometer o desempenho orçamentário do exercício seguinte.

3.4.2 Recolhimento de contribuições previdenciárias

Conforme detalhado no Item 8.3 deste relatório, observou-se que houve repasse integral ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Em relação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a arrecadação e o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas devem obedecer ao disposto na Lei Federal nº 8.212/1991 (artigo 30 e seguintes).

Com base no demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RGPS (ver tabelas 3.4.2a e 3.4.2b), verifica-se que não foi recolhido o montante de R\$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

1.304,49 da contribuição dos servidores.

Verifica-se no documento 36 o Anexo III-C referente ao Parcelamento da Dívida Previdenciária – Demonstrativo de Recolhimento do RGPS, que totalizou R\$ 30.720,87.

Tabela 3.4.2a Contribuição dos Servidores ao RGPS

Competência	Retida (A)	Contabilizada	Recolhida (Principal) ¹⁸ (B)	Recolhida (Encargos) ¹⁹	Não Recolhida (A-B)
Janeiro	36.584,53(1)	36.584,53(1)	36.584,53(1)	0,00(1)	0,00
Fevereiro	35.282,36(1)	35.282,36(1)	35.282,36(1)	0,00(1)	0,00
Março	48.468,34(1)	48.468,34(1)	48.468,34(1)	0,00(1)	0,00
Abril	48.006,54(1)	46.702,17(1)	46.702,17(1)	0,00(1)	1.304,37
Maió	45.761,89(1)	45.761,89(1)	45.761,89(1)	0,00(1)	0,00
Junho	47.156,97(1)	47.156,85(1)	47.156,85(1)	0,00(1)	0,12
Julho	47.730,06(1)	47.730,06(1)	47.730,06(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	50.130,22(1)	51.772,73(1)	51.772,73(1)	0,00(1)	-1.642,51
Setembro	49.550,94(1)	47.908,43(1)	47.908,43(1)	0,00(1)	1.642,51
Outubro	46.079,35(1)	46.079,35(1)	46.079,35(1)	0,00(1)	0,00
Novembro	42.885,61(1)	42.885,61(1)	42.885,61(1)	0,00(1)	0,00
Dezembro	35.354,55(1)	35.354,55(1)	30.179,13(1)	0,00(1)	5.175,42
13º Salário	12.817,29(1)	12.817,29(1)	17.992,71(1)	0,00(1)	-5.175,42
TOTAL	545.808,65	544.504,16	544.504,16	0,00	1.304,49

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS (documento 36)

Tabela 3.4.2b Contribuição Patronal ao RGPS

Competência	Devida (A)	Contabilizada	Benef. Pagos Diret. ²⁰ (B)	Recolhida (Principal) ²¹ (C)	Recolhida (Encargos) ²²	Não Recolhida (A-B-C)
Janeiro	103.055,99(1)	103.055,99(1)	4.730,28(1)	99.568,81(1)	53,09(1)	-1.243,10
Fevereiro	96.564,24(1)	96.564,24(1)	4.450,17(1)	93.508,94(1)	139,14(1)	-1.394,87
Março	127.761,43(1)	127.761,43(1)	4.415,07(1)	123.346,36(1)	0,00(1)	0,00
Abril	126.069,11(1)	126.069,11(1)	2.408,82(1)	123.660,30(1)	0,00(1)	-0,01
Maió	124.623,61(1)	124.623,61(1)	2.540,56(1)	122.083,05(1)	0,00(1)	0,00
Junho	129.262,95(1)	129.262,95(1)	2.758,45(1)	126.504,51(1)	0,00(1)	-0,01
Julho	132.582,57(1)	132.582,57(1)	2.629,60(1)	129.952,97(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	137.096,71(1)	137.096,71(1)	2.542,12(1)	134.554,59(1)	0,00(1)	0,00
Setembro	134.425,85(1)	134.425,85(1)	1.925,60(1)	132.500,25(1)	0,00(1)	0,00

¹⁸ Valor repassado ao INSS a título de principal (valor devido originalmente).

¹⁹ Valor repassado ao INSS a título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).

²⁰ Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS.

²¹ Valor repassado ao INSS a título de valor principal (valor devido originalmente).

²² Valor repassado ao INSS a título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

Tabela 3.4.2b Contribuição Patronal ao RGPS

Competência	Devida (A)	Contabilizada	Benef. Pagos Diret. (B)	Recolhida (Principal) (C)	Recolhida (Encargos)	Não Recolhida (A-B-C)
Outubro	125.918,51(1)	125.918,51(1)	2.944,96(1)	122.973,55(1)	0,00(1)	0,00
Novembro	118.159,74(1)	118.159,74(1)	2.793,88(1)	115.365,86(1)	480,66(1)	0,00
Dezembro	99.864,27(1)	99.864,27(1)	6.869,22(1)	92.995,06(1)	0,00(1)	-0,01
13º Salário	31.981,90(1)	31.981,90(1)	0,00(1)	43.953,57(1)	0,00(1)	-11.971,67
TOTAL	1.487.366,88	1.487.366,88	41.008,73	1.460.967,82	672,89	-14.609,67

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS (documento 36)

O pagamento intempestivo das contribuições previdenciárias ao RGPS, ou seu não pagamento, além das restrições previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.212/91, acarreta aumento do passivo do município ante o Regime Geral de Previdência, gerando ônus para o Erário em virtude dos acréscimos pecuniários decorrentes e comprometem gestões futuras, que acabam tendo que arcar não apenas com as contribuições ordinárias, como também com a amortização, normalmente de longo prazo, de dívidas deixadas por administrações passadas.

A Lei Complementar nº 101/2000 reforça os pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, conforme §1º do art. 1º:

Art. 1º Omissis

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (grifos)

Por fim, ressalta-se que cabe ao governante acompanhar os recolhimentos das contribuições e a situação da municipalidade junto ao regime de previdência de modo que haja segurança jurídica do conjunto dos segurados que se encontram filiados ao sistema e no pleno gozo dos seus direitos, bem como a garantia ao Município de que não haverá formação de passivos futuros capazes de afetar o equilíbrio de contas públicas e o cumprimento das metas fiscais.

3.4.3 Provisões matemáticas previdenciárias

A Portaria nº 509/2013, do Ministério da Previdência, submeteu os procedimentos contábeis dos regimes previdenciários às definições da Secretaria do Tesouro Nacional:

Art. 1º Os procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão observar o previsto no Manual de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 2º Os RPPS adotarão as contas a estes aplicáveis, especificadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estendido até o 7º nível de classificação, conforme a versão atualizada do Anexo III da Instrução de Procedimentos Contábeis no 00 (IPC 00) da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 3º As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP dos RPPS devem seguir as regras e modelos definidos no MCASP, aprovado por Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 4º Os RPPS deverão adequar a sua contabilidade ao disposto nos arts. 2º e 3º desta Portaria nos mesmos prazos definidos na Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, publicada no DOU, de 21 de novembro de 2013.

Uma das principais informações que evidenciam a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), como entidade contábil, diz respeito ao seu passivo atuarial, ou seja, o registro das reservas matemáticas previdenciárias.

A provisão matemática previdenciária ou reserva matemática é o valor monetário que designa os compromissos do RPPS em relação aos seus participantes em determinada data, ou seja, representa a “reserva garantidora” necessária para honrar os compromissos assumidos pelo RPPS ao criar o regime. A evidenciação do passivo atuarial permite ao usuário da informação contábil concluir sobre a capacidade do Governo Municipal arcar com suas obrigações financeiras e previdenciárias futuras.

Ou, conforme explicado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

Entende-se por provisão matemática previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus servidores e dependentes e as contribuições correspondentes. Ou seja, a provisão matemática previdenciária, também conhecida como passivo atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente. [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 6ª Edição, p. 187 (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014)]

Em conformidade com o comentado no item relativo à Dívida Ativa, a Portaria STN nº 548, de 24.09.2015 (publicada no DOU em 29.09.2015), também definiu prazo para que os entes federativos passem a adotar procedimentos relativos ao reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.

Para os municípios, a adoção dos supracitados procedimentos deve ser imediata. Logo, já no Balanço Patrimonial do RPPS do exercício de 2016 (Documento 30), refletido no Balanço Patrimonial consolidado do município de Condado (Documento 06), no grupo do



Passivo Não Circulante deveria constar a conta Provisões Matemáticas Previdenciárias.

Ao analisar as mencionadas peças contábeis verifica-se que a provisão foi constituída. Registre-se ainda que não há nota explicativa detalhando como foi calculada a referida provisão.

Por outro lado, ao se verificar as informações que integram o documento enviado na presente prestação de contas exigido no “Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público, correspondente ao Anexo IV desta Resolução” (item 26 do Anexo I da Resolução TC nº 38/2016) quanto ao procedimento em questão constata-se o seguinte: reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do RPPS foi concluído em 31.12.2016.

4 REPASSE DE DUODÉCIMOS À CÂMARA DE VEREADORES

O artigo 29-A da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais nº 25/00 e 58/09, determina que a despesa total do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar percentuais específicos incidentes sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior²³.

O § 2º do referido artigo dispõe ainda que o prefeito poderá ser responsabilizado criminalmente na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- Efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
- Não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês;
- Enviá-lo a menor da proporção fixada na Lei Orçamentária.

É entendimento desta Corte de Contas, manifestado no Acórdão TC nº 154/2012, que o comando constitucional expresso no artigo 29-A é apenas um limite e não gera direito de o Poder Legislativo receber, a título de duodécimo, o valor nele mencionado.

O repasse feito ao Legislativo não é necessariamente aquele decorrente da aplicação dos percentuais positivados nos incisos I a VI do artigo 29-A, sobre somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159,

²³ O Art. 29-A da Constituição Federal estabelece os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% para Municípios com população de até 100.000 habitantes;
- II - 6% para Municípios com população entre 100.000 e 300.000 habitantes;
- III - 5% para Municípios com população entre 300.001 e 500.000 habitantes;
- IV - 4,5% para Municípios com população entre 500.001 e 3.000.000 de habitantes;
- V - 4% para Municípios com população entre 3.000.001 e 8.000.000 de habitantes;
- VI - 3,5% para Municípios com população acima de 8.000.001 habitantes.



efetivamente realizado no exercício anterior: ele (o repasse) está tão somente limitado a esse valor.

O limite calculado conforme Apêndice XII deste relatório refere-se ao *caput* do art. 29-A, ou seja, de 3,5% a 7% da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior, variando conforme a população do Município. Conforme dados do IBGE, a população estimada do município de Condado é de 26.008 habitantes, enquadrando-se no art. 29-A, inciso I da Constituição Federal, cujo percentual a ser aplicado é 7%.

Segundo dados do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (exercício 2015), Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (exercício 2016) e Demonstrativo de Repasses de Duodécimos à Câmara Municipal, foi apurado o limite para o repasse de duodécimos ao Poder Legislativo chegando-se ao seguinte:

Tabela 4 Total do duodécimo repassado à Câmara de Vereadores

Especificação	Valor (R\$)
Limite Constitucional	1.687.140,35
Valor autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA)	2.400.000,00
Valor permitido	1.687.140,35
Valor efetivamente repassado à Câmara (sem considerar os inativos)	1.635.004,08

Fonte: Apêndice XII

De acordo com tabela 4, percebe-se que foi repassado a menor o valor de R\$ 52.136,37, desrespeitando o limite constitucional permitido e não atendendo disposto no art. 29-A, da CF, e na LOA.

Verificando as datas de repasse dos duodécimos ao Legislativo em 2016, a partir do demonstrativo que evidenciou os repasses de duodécimo à Câmara, constatou-se que os mesmos foram efetuados até o dia 20 de cada mês, conforme preceitua o inciso II do parágrafo 2º do artigo 29-A, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

5 GESTÃO FISCAL

5.1 Despesa Total com Pessoal

Conforme a Lei Complementar nº 101/2000, art. 20, inciso III, a despesa total com pessoal do Poder Executivo não deve ultrapassar 54% da Receita Corrente Líquida do respectivo período de apuração.

O levantamento da auditoria (Apêndice III deste relatório) revelou que a despesa total com pessoal do Poder Executivo, no encerramento do exercício de 2016, alcançou R\$ 24.521.458,13. Isto representou um percentual de 54,73% em relação à Receita Corrente Líquida do Município, apresentando diferença em relação àquela apresentada no RGF do encerramento do exercício de 2016, que foi de 56,02% da RCL.

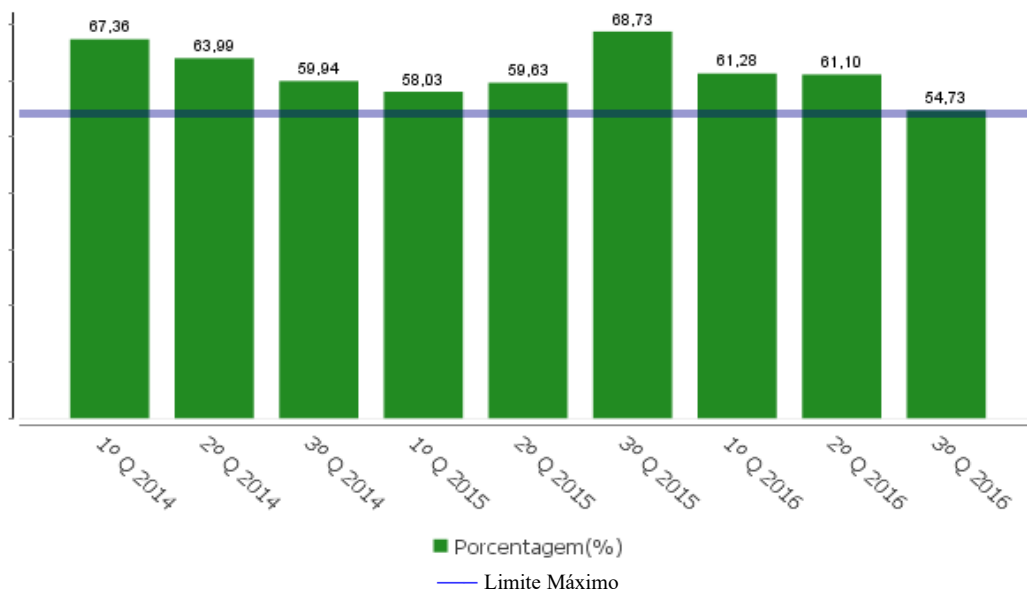


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

Percentual da Despesa Total com Pessoal – Condado (2014 e 2016)



Fonte:

- (1)Relatório de Auditoria Contas do Prefeito Municipal 2015
- (2)Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)
- (3)Apêndice III deste relatório (Apuração da DTP).
- (4)Apêndice II deste relatório (RCL).

Conforme se observa no gráfico anterior, a Prefeitura de Condado desenquadrou-se no 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2016, ultrapassando o limite previsto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ressalte-se, ainda, que a referida prefeitura foi alertada regularmente pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, através do Ofício TC/GC nº 0043/2016, de 18/07/2016 e TC/GC nº 014/2016 de 13/03/2017, conforme art. 59, § 1º, II, da Lei Complementar nº 101/2000, por ter ultrapassado em 90% o comprometimento da sua despesa total com pessoal.

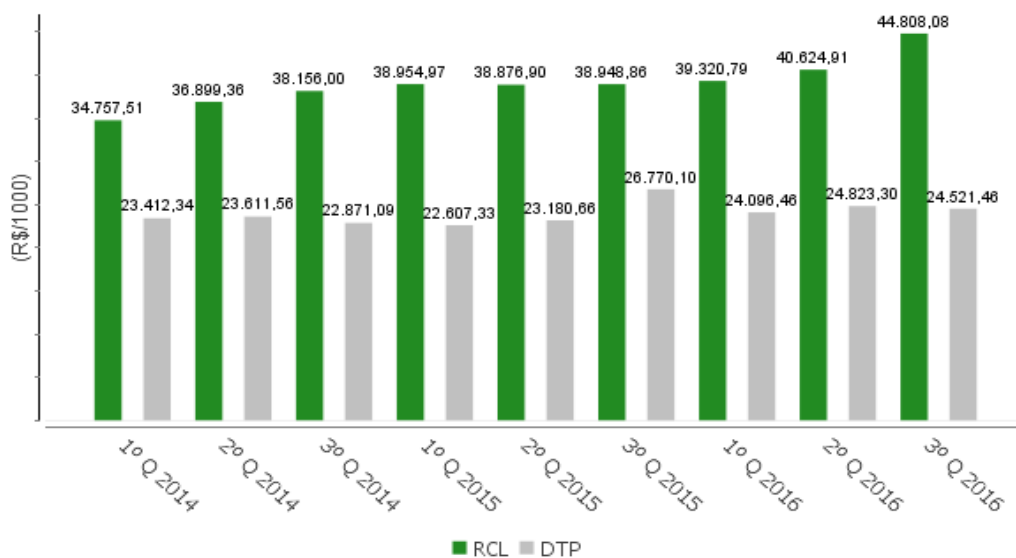
Visualiza-se a seguir o comportamento da receita corrente líquida e da despesa total com pessoal de forma conjunta:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c



Fonte:
(1)Relatório de Auditoria Contas do Prefeito Municipal 2015
(2)Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)
(3)Apêndice III deste relatório (Apuração da DTP).
(4)Apêndice II deste relatório (RCL)

Por fim, ressalta-se que uma vez excedido 95% do limite estabelecido no art. 20 da LRF, o Poder Executivo ficará impedido de:

- conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- criar cargo, emprego ou função;
- alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- dar provimento a cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; e
- contratar hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias (LRF, artigo 22, parágrafo único, incisos I a V).

Quando extrapolado o limite de despesa com pessoal, e não havendo a redução do excedente no prazo legal, enquanto perdurar o excesso, o ente ficará impedido de:

- receber transferências voluntárias, exceto as relativas a ações de educação, saúde e assistência social;



- obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e
- contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal (LRF, artigo 23, § 3º, incisos I a III, c/c artigo 25, § 3º).

Observa-se ainda que aliada às irregularidades da Despesa Total com Pessoal acima do limite previsto na LRF; há uma reincidente extrapolação do limite de despesa total com pessoal; além de esta despesa com pessoal e a Receita Corrente Líquida, constantes no RGF, apresentarem valores divergentes dos encontrados neste relatório.

5.2 Dívida consolidada líquida

Com objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município e verificar os limites de endividamento estabelecidos pela LRF, o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo deve conter o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL). O Senado Federal definiu, através do art. 3º, inciso I, da Resolução nº 40/2001, que a DCL dos municípios está limitada a 120% da receita corrente líquida.

De acordo com o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Município de Condado que consta do RGF do encerramento do exercício de 2016 (Documento 12), a relação entre DCL e RCL foi de 66,14%, valor que diverge do percentual calculado no Apêndice IV deste relatório: 64,04%, estando enquadrada em relação ao limite estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

5.3 Operações de crédito

Em cumprimento ao que determina o artigo 55, inciso I, alínea “d”, da Lei Complementar nº 101/2000, o RGF do município de Condado deverá conter comparativo entre o montante de operações de crédito realizadas, inclusive por antecipação de receita orçamentária, e os limites definidos pelo Senado Federal. O artigo 7º, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, estabelece que em um exercício financeiro o município não poderá exceder o limite de 16% de sua RCL com operações de crédito internas e externas, além disso, o art. 10, da mesma resolução, limita o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita a 7% da RCL.

De acordo com o Apêndice I deste relatório, verifica-se que a Administração não realizou operação de crédito no exercício de 2016.

5.4 Disponibilidade de caixa e impacto no art. 42 da LRF

O artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 veda ao Chefe do Poder Executivo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

Municipal, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Sobre essa matéria, o entendimento deste Tribunal, nos termos da Decisão TC nº 258/06, é o seguinte:

- 1- O artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF se refere a mandato, desta forma se aplica ao Chefe de Poder e Órgão mesmo que venha a ser reeleito para o mesmo cargo;
- 2- Como a responsabilidade disposta no referido artigo é pessoal do Titular de Poder e Órgão, este não poderá, sob qualquer meio, transferi-la a outros servidores ou agentes públicos;
- 3- Ao final do mandato, os recursos financeiros que devem ser deixados para o sucessor terão que ser equivalentes às despesas empenhadas nos últimos dois quadrimestres que tenham a fase de liquidação concluída, independentemente do mandato se encerrar em 31 de dezembro;
- 4- Caso a despesa não tenha sido empenhada, independentemente do motivo, deverão ser deixados recursos suficientes para o sucessor saldá-la, se o fornecedor de bens e serviços já cumpriu com seu dever fazendo a entrega dos bens ou prestando os serviços contratados;
- 5- Não foge da incidência do referido artigo a prática de se empenhar e pagar todas as despesas dos últimos dois quadrimestres, desprestigiando o pagamento de outras já existentes antes do início desse período. Ou seja, a realização de despesas novas deverá estar respaldada com um fluxo de caixa positivo;
- 6- Para o cálculo da disponibilidade de caixa deverão ser consideradas todas as despesas existentes até o final do ano, tais como salários, material de consumo, contratos em andamento etc., bem como os valores do passivo financeiro do órgão.”

De acordo com a verificação do Item 3.4.1 deste relatório, ficou evidenciado que ao final do exercício de 2016 a disponibilidade líquida de caixa de Recursos Vinculados no montante de R\$ 2.796.756,38 foi compatível com a inscrição dos restos a pagar processados e não processados com recursos vinculados. Em relação aos Recursos não Vinculados, observou-se disponibilidade líquida de caixa de R\$ -2.092.436,68 incompatível com a inscrição dos restos a pagar não processados.

Observa-se, portanto, que foram contraídas nos dois últimos quadrimestres do exercício despesas novas, em desobediência ao art. 42 da LRF, conforme desmonstra-se no quadro a seguir:

Data	Neop nº	Credor	Especificação	Valor R\$
29.11.16	277	Master Eletrônica	Aquisição de ciclomotor para premiar IPTU	4.290,00
29.11.16	274	Master Eletrônica	Aquisição de TV Led 32 p/ premiar IPTU	1.195,84



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

29.11.16	275	Master Eletrônica	Aquisição de refrigerador p/ premiar IPTU	934,84
29.11.16	276	Master Eletrônica	Aquisição de forno Panasonic p/ premiar IPTU	362,91
01.12.16	282	Exclusive Moda e Informática	Aquisição de Notebook p/ premiar IPTU	1.449,00
01.07.16	187	Alliance Locações	Adequação Técnica de Obras de Pavimentação	19.373,50
08.08.16	208	CR Ambiental	Ampliação de muro	9.998,40
16.11.16	266	Construtora Evidência Ltda	Recapamento Asfáltico	42.088,53
22.08.16	215	PROJESUN	Fornecimento de material elétrico	60.802,10
01.09.16	229	PROJESUN	Fornecimento de material elétrico	16.082,00
12.09.16	233	Canaa Distribuidora	Fornecimento de gás	5.400,00
01.11.16	088	Barros e Melo Advogados	Assessoria Jurídica	6.500,00
01.12.16	096	Barros e Melo Advogados	Assessoria Jurídica	6.500,00
28.12.16	097	Barros e Melo Advogados	Assessoria Jurídica	6.500,00
01.08.16	204	Crvalho Pontes Engenharia	Elaboração de Projetos Executivos de engenharia	120.206,06
			TOTAL R\$	301.683,18

6 GESTÃO DA EDUCAÇÃO

O Município deve atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, nos termos do § 2º do art. 211 da Constituição Federal, por ser uma das esferas responsáveis por promover ações integradas com outras esferas federativas que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino entre outros objetivos.

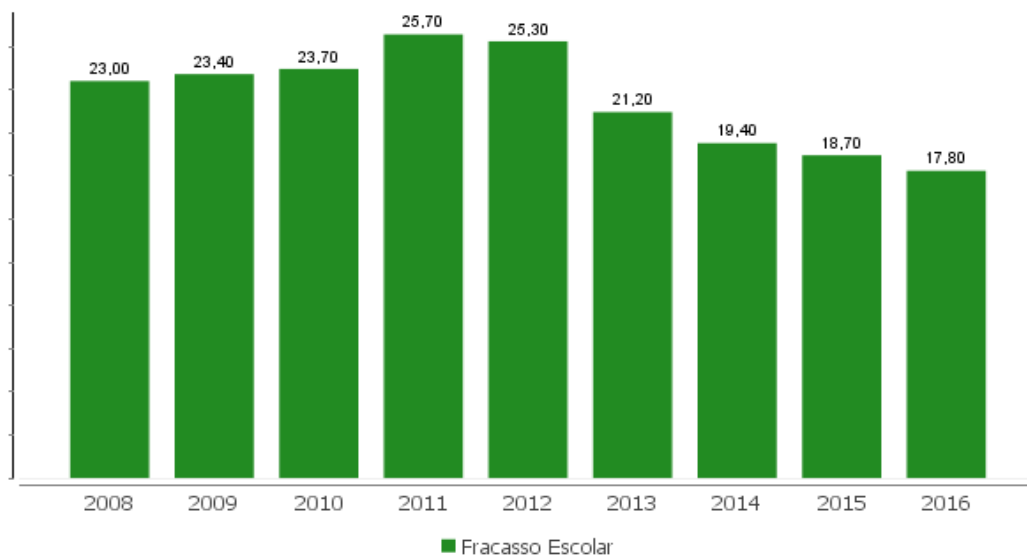
Os indicadores de educação se relacionam com a qualidade do ensino, permitindo descrever a situação existente e as mudanças ao longo do tempo. São apresentados a seguir dois indicadores sobre os quais repercutem os resultados das políticas públicas da Educação: o Fracasso Escolar e o IDEB.

A série histórica do Fracasso Escolar²⁴ do município de Condado possui o seguinte comportamento:

²⁴ O Fracasso Escolar representa a proporção de alunos na matrícula total, em determinada série e ano, que não lograram aprovação e é fornecido através da soma das taxas de abandono e reprovação. A taxa de abandono consiste na proporção de alunos da matrícula total, em determinada série e ano, que abandonaram a escola, enquanto que a taxa de reprovação representa a proporção de alunos da matrícula total em determinada série e ano que foram reprovados.



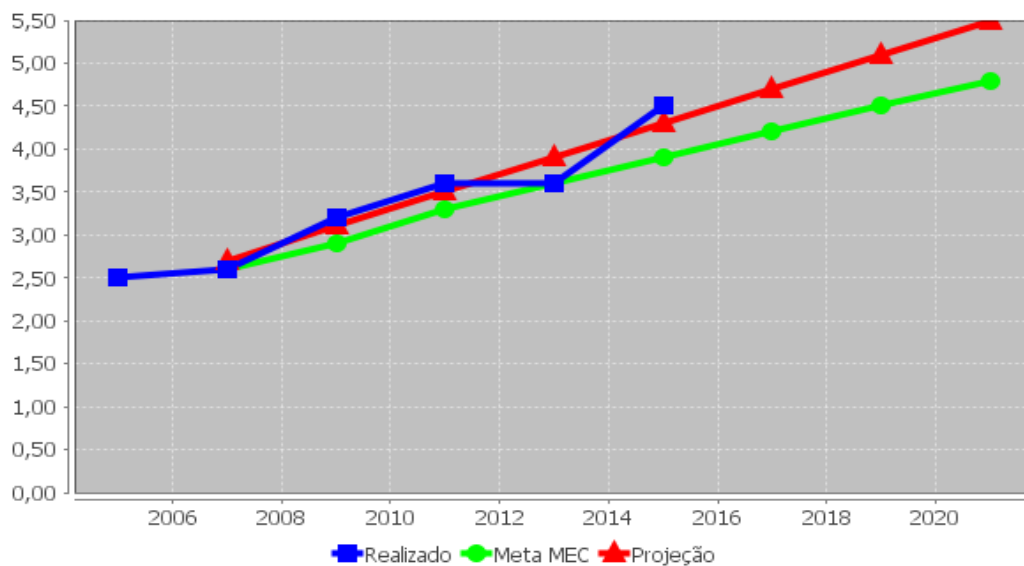
Fracasso Escolar - Condado (2008-2016)



Fonte: MEC/INEP.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)²⁵, o Município de Condado possui metas graduais de desempenho para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, devendo atingir em 2021 os valores de 4,80 e 4,20, respectivamente. Apresenta-se abaixo o cenário da série histórica do comportamento do IDEB (dependência administrativa municipal):

IDEB Anos Iniciais (Apurado, Meta²⁶ e Projeção²⁷) – Condado



Fonte: MEC/INEP.

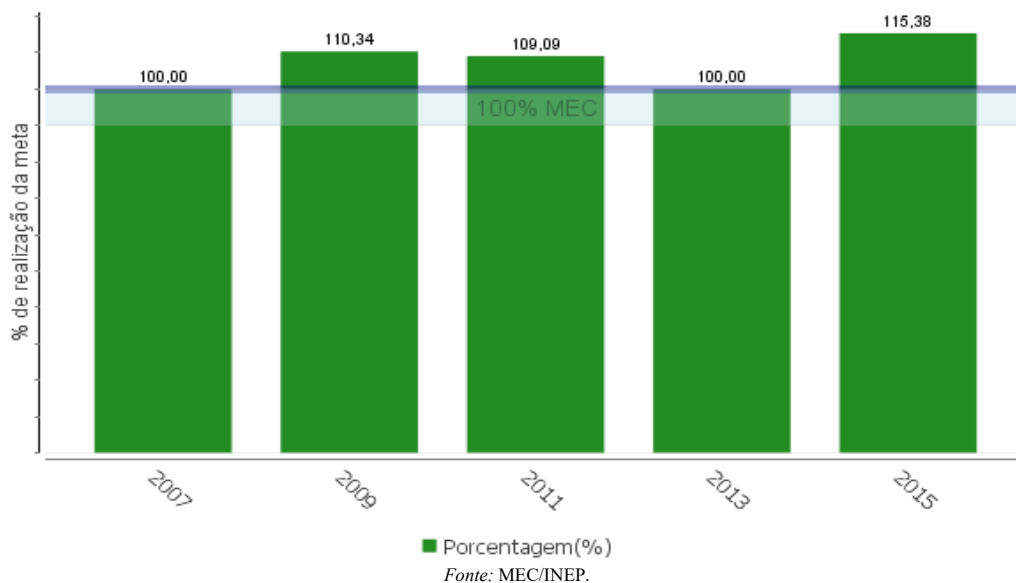
²⁵ Para saber mais sobre o IDEB acesse: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>.

²⁶ Para saber mais sobre os valores apurados e as metas do IDEB consulte <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>.

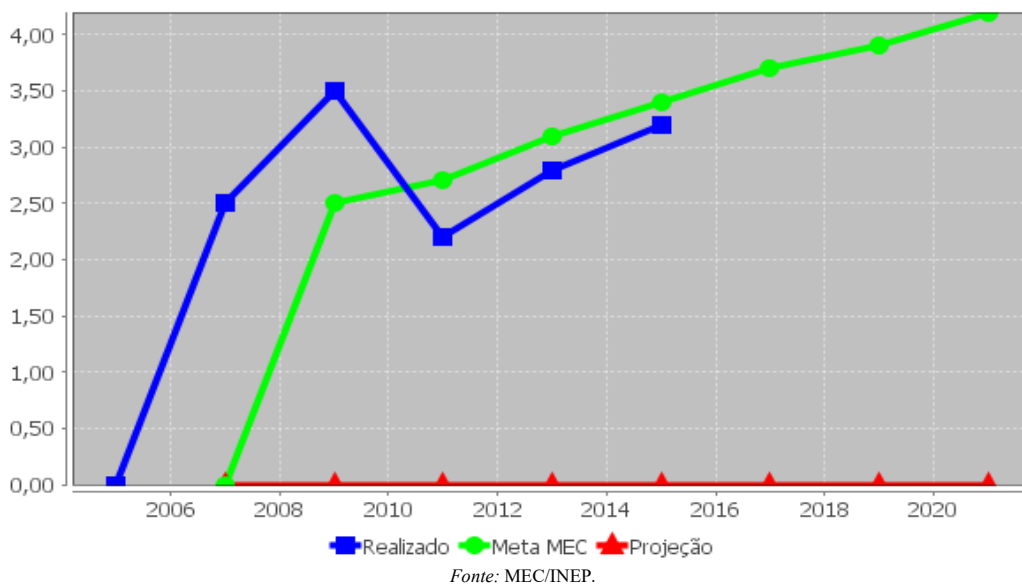
²⁷ Para saber sobre a metodologia aplicada para a projeção dos dados do resultado do IDEB [clique aqui](#).



IDEB Anos Iniciais (% realização da meta do MEC) – Condado



IDEB Anos Finais (Apurado, Meta²⁸ e Projeção²⁹) – Condado

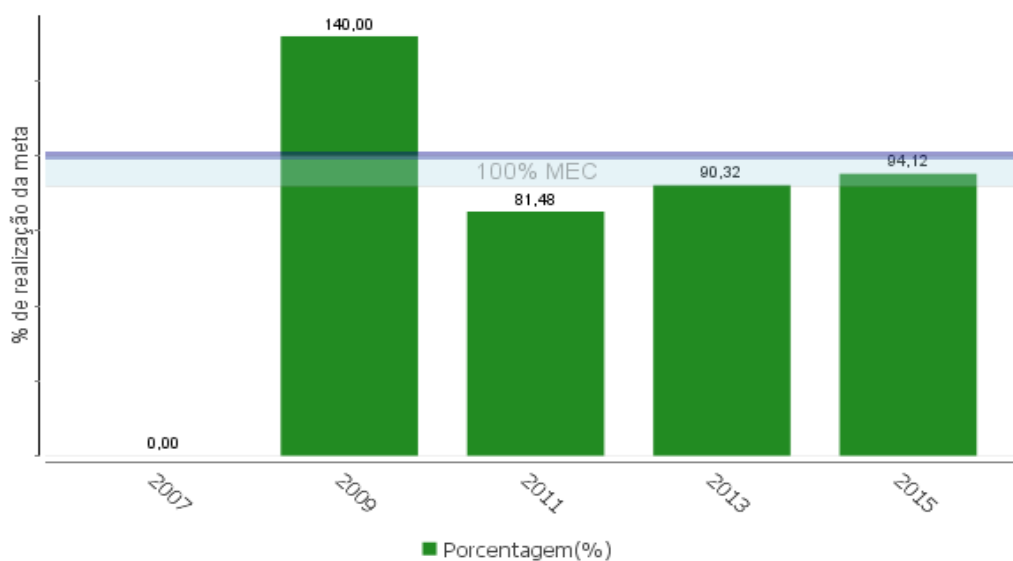


²⁸ Para saber mais sobre os valores apurados e as metas do IDEB consulte <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb>.

²⁹ Para saber sobre a metodologia aplicada para a projeção dos dados do resultado do IDEB [clique aqui](#).



IDEB Anos Finais (% realização da meta do MEC) – Condado



Fonte: MEC/INEP.

6.1 Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

Conforme determina o *caput* do art. 212 da Constituição Federal, os municípios deverão aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino no mínimo 25% da receita proveniente de impostos, incluindo as transferências estaduais e federais.

Com base nos dados constantes no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, apurou-se a receita mínima aplicável na manutenção e desenvolvimento do ensino (R\$ 6.640.813,77 - Apêndice V).

Para apuração do valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2016 foram utilizados os demonstrativos elencados nos Apêndices VI e VII, donde se conclui que o município aplicou um montante de R\$ 6.068.175,66, o qual corresponde a um percentual de 22,84%, não cumprindo a exigência de aplicação contida no *caput* do art. 212 da Constituição Federal (25%).

O município de Condado tem o seguinte histórico de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino:

Tabela 6.1 Percentual de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino

Exercício	Percentual (%)	Processo
2011	27,33	TCE-PE nº 1202488-0
2012	39,24	TCE-PE nº 1301890-5
2013	28,97	TCE-PE nº 1401874-3



Tabela 6.1 Percentual de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino

Exercício	Percentual (%)	Processo
2014	14,21	TCE-PE nº 15100042-6
2015	22,28	TCE-PE nº 16100122-1
2016	22,84	TCE-PE nº 17100048-1

Fonte: Relatórios de Auditoria

Por fim, ressalte-se que o descumprimento do limite mínimo de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino pode ocasionar a intervenção do Estado no Município (Constituição Federal, artigo 35, inciso III), além de impossibilitar o Município de receber transferências voluntárias, exceto aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social (LRF, artigo 25, § 1º, IV, b).

6.2 Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica

Conforme a Lei Federal nº 11.494/07, art. 22, dos recursos anuais totais do FUNDEB, 60%, no mínimo, devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesses recursos, incluem-se a complementação da União e as receitas de aplicação financeira dos valores recebidos pelo Fundo.

Para apuração do valor aplicado na remuneração do magistério em efetivo exercício no Ensino Fundamental foi utilizado o demonstrativo das despesas realizadas com recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica e dos restos a pagar processados e não processados na função educação. As receitas do FUNDEB foram obtidas a partir das fontes de informação apresentadas no Apêndice VI e somaram R\$ 13.128.071,52.

Com base nessas informações, foi elaborado o Apêndice VIII, no qual se demonstra que a Prefeitura de Condado aplicou, em 2016, R\$ 10.636.810,41, equivalentes a 81,02% dos recursos anuais totais na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, cumprindo a exigência contida no art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07.

O município de Condado tem o histórico de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério conforme apresentado na Tabela 6.2.

Tabela 6.2 Percentual de aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica

Exercício	Percentual (%)	Processo
2011	66,73	TCE-PE nº 1202488-0
2012	103,06	TCE-PE nº 1301890-5
2013	90,29	TCE-PE nº 1401874-3



Tabela 6.2 Percentual de aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica

Exercício	Percentual (%)	Processo
2014	82,24	TCE-PE nº 15100042-6
2015	90,21	TCE-PE nº 16100122-1
2016	81,02	TCE-PE nº 17100048-1

Fonte: Relatórios de Auditoria

6.3 Limite do saldo da conta do FUNDEB

Conforme o art. 21, da Lei Federal nº 11.494/07, os recursos do FUNDEB devem ser utilizados no exercício financeiro em que forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública. Entretanto, a citada norma, em seu art. 21, § 2º, admite que até 5% dos recursos recebidos à conta do Fundo, inclusive relativos à complementação da União, poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

Conforme apurado no Apêndice IX, a Prefeitura de Condado deixou um saldo contábil no FUNDEB correspondente a 2,80% dos recursos anuais do Fundo, cumprindo a exigência contida no art. 21, § 2º da Lei Federal nº 11.494/07.

7 GESTÃO DA SAÚDE

Em seu art. 196, a Constituição Federal estabelece a saúde como um direito de todos e dever do Estado³⁰.

O Município é uma das esferas responsáveis por promover a articulação e interação dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). As políticas públicas de saúde no âmbito municipal devem buscar condições de cumprir, entre outros, o princípio da universalidade, sobretudo se organizando para atender a população mais carente.

O desempenho das políticas de saúde pública pode ser avaliado a partir de um conjunto de indicadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde, o qual promove a sua medição e respectiva divulgação anualmente.

A seguir, um cenário sobre os principais indicadores de saúde do Município de Condado.

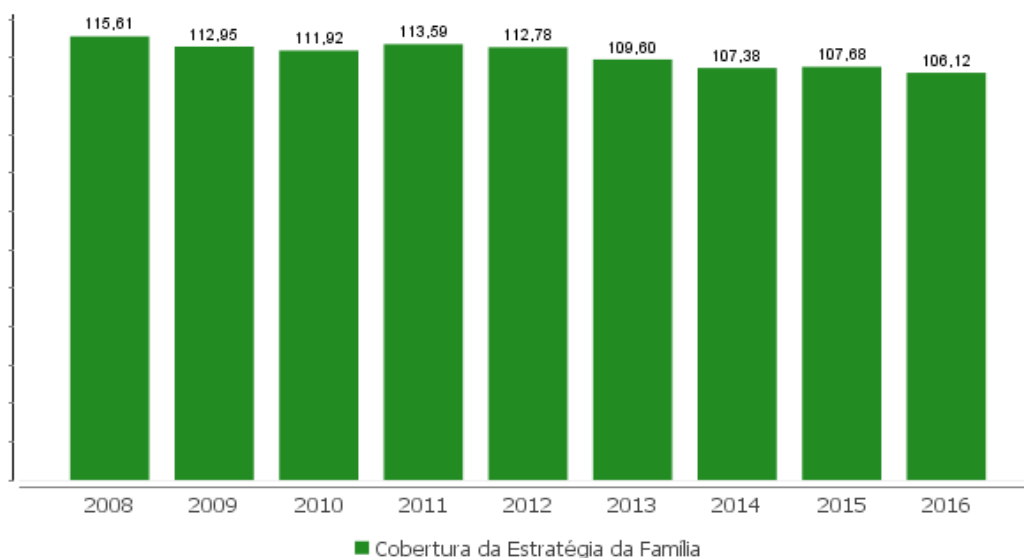
A “porta de entrada” do atendimento de saúde municipal se materializa na estrutura que o poder público oferece para a Atenção Básica. Um dos principais componentes desta estrutura, uma vez que ela está intimamente associada a uma atuação preventiva, são as

³⁰ “Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”



unidades de saúde e os respectivos profissionais vinculados à Estratégia de Saúde da Família (ESF)³¹. Visualiza-se a seguir o comportamento do indicador de cobertura da população de Condado, entre 2008 e 2016, pela Estratégia de Saúde da Família:

Cobertura da Estratégia da Saúde da Família - Condado (2008 a 2016)³²



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e IBGE.

A redução da mortalidade na infância é o quarto dos Objetivos do Milênio³³: “Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos”. Altas taxas de mortalidade nessa faixa etária populacional refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. Outro importante indicador das condições de vida e do acesso e qualidade das ações e serviços de saúde é a taxa de mortalidade infantil, a qual informa o número de crianças que vieram a óbito até um ano de idade para cada mil nascidas vivas.

No município de Condado, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos a cada mil nascidos vivos³⁴ e a taxa de mortalidade infantil³⁵ se apresentaram da seguinte maneira:

³¹ O indicador de cobertura da Estratégia de Saúde da Família é uma proporção entre a população do município residente na área de abrangência e a população total. As equipes da Estratégia da Saúde da Família são compostas, no mínimo, por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde. Quando ampliada, conta ainda com: um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental.

³² O parâmetro relativo ao número médio de pessoas acompanhadas por equipe da ESF utilizado pelo DAB/SAS/MS para cálculo da cobertura média estimada é de 3.000 hab./equipe. Assim, eventualmente, o resultado de algum município poderá ficar acima de 100%, caso suas equipes trabalhem com menos do que esse nº de pessoas.

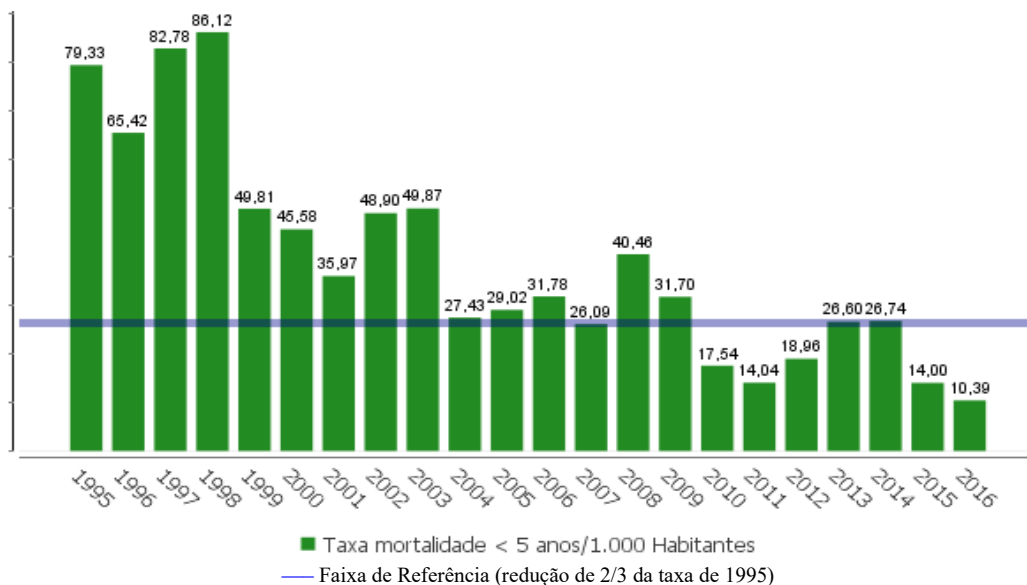
³³ Saiba mais em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>.

³⁴ A meta de redução da mortalidade na infância tem como ponto de partida a taxa de mortalidade existente no município em 1995 ou no primeiro ano de medição do indicador.

³⁵ Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a taxa de mortalidade infantil é considerada alta quando maior que 40 óbitos a cada mil nascidos vivos, e baixa quando menor que 20 óbitos por mil nascidos vivos, em função de patamares alcançados em países desenvolvidos. Para atender ao quarto Objetivo do Milênio, foi estimada uma taxa de mortalidade infantil nacional de 17,9%.

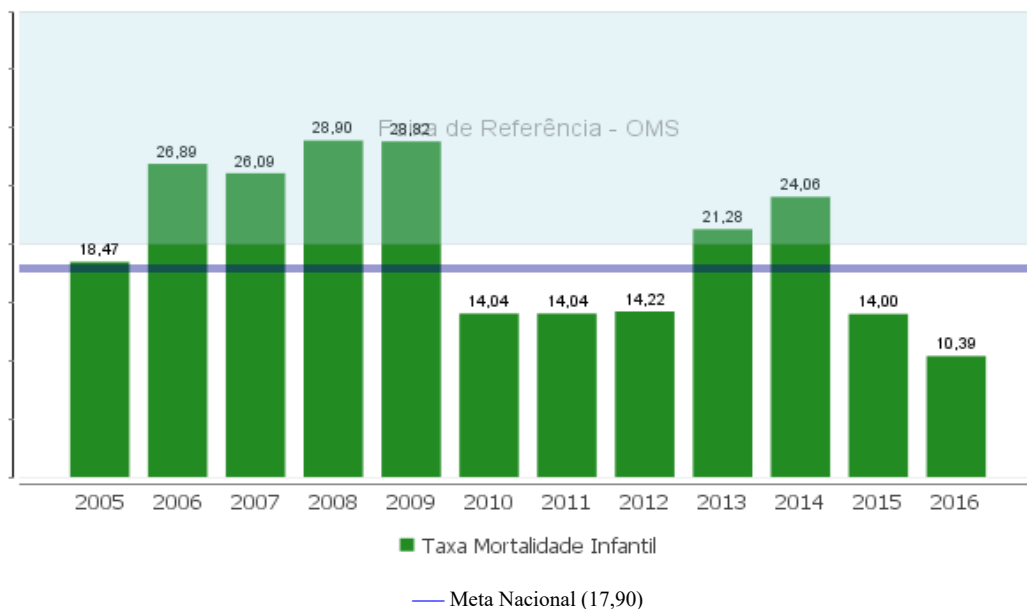


Taxa de mortalidade de menores de cinco anos a cada mil nascidos vivos
Condado (1995 a 2016)



Fonte: Ministério da Saúde (Sistemas de Informações sobre Mortalidade-SIM e Nascidos Vivos-Sinasc)

Taxa de mortalidade infantil - Condado (2005 a 2016)



Fonte: Ministério da Saúde (Sistemas de Informações sobre Mortalidade-SIM e Nascidos Vivos-Sinasc)

Diante do exposto, verifica-se que o município em análise apresenta uma taxa de mortalidade infantil:

- a) dentro do padrão internacionalmente aceito;



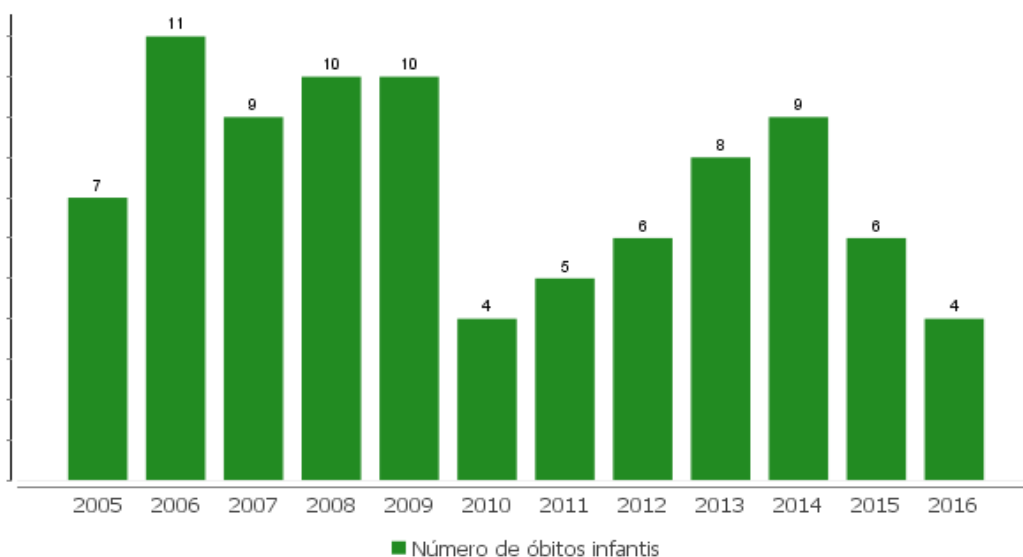
b) dentro da expectativa nacional para o cumprimento do objetivo de redução da mortalidade infantil até 2015 (17,9 óbitos/1000 nascidos vivos).

Em municípios com baixa população, também é recomendável que os óbitos infantis sejam acompanhados pelo seu valor absoluto, visando a evitar distorções na análise do indicador da taxa de mortalidade infantil causada pela divisão de pequenos números por mil (número de óbitos infantis /1.000 nascidos vivos).

Nesses municípios, qualquer registro de óbitos de menores de um ano é sinal de alerta para a existência de falhas na rede de atendimento à saúde, em especial na atenção básica, área prioritária municipal.

Entre 2005 e 2016, o comportamento do número absoluto de óbitos de menores de um ano no município de Condado foi o seguinte (Extraído de <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dh.exe?pacto/2010/cnv/pactpe.def>>):

Número de óbitos infantis - Condado - 2005 a 2016



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS

7.1 Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde

A aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde pelos municípios está regulamentada no art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012, o qual estabelece que os municípios deverão aplicar pelo menos 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal, e que esses recursos bem como os transferidos pela União para a mesma <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/downloadDocumento.seam> finalidade serão aplicados por meio de Fundo Municipal de Saúde.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

Considerando os dados constantes do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, o município tem a obrigatoriedade de aplicar em ações e serviços públicos de saúde o montante mínimo de R\$ 3.777.372,15 (Apêndice V).

A partir dos demonstrativos elencados no Apêndice XII, apurou-se o total das despesas realizadas nas ações e serviços públicos de saúde por meio do Fundo Municipal de Saúde (FMS). Conforme valores calculados, o Município de Condado aplicou na saúde, por meio do FMS, um percentual de 10,77% (Apêndice XII), cumprindo o disposto no art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141/2012.

Na Tabela 7.1 são apresentados os percentuais de aplicação em ações e serviços públicos de saúde, constantes nos relatórios de auditoria, referentes aos exercícios 2011 e 2016.

Tabela 7.1 Percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde

Exercício	Percentual (%)	Processo
2011	18,06	TCE-PE nº 1202488-0
2012	15,22	TCE-PE nº 1301890-5
2013	19,31	TCE-PE nº 1401874-3
2014	21,98	TCE-PE nº 15100042-6
2015	15,72	TCE-PE nº 16100122-1
2016	10,77	TCE-PE nº 17100048-1

Fonte: Relatório de Auditoria

Como agravante, observa-se que o município reduziu a população coberta pela Estratégia de Saúde da Família.

Por fim, ressalta-se que o descumprimento do limite mínimo de aplicação em ações e serviços públicos de saúde pode ocasionar:

- Intervenção do Estado no Município (Constituição Federal, artigo 35, inciso III); e
- Proibição de receber transferências voluntárias, exceto relativas a ações de educação, saúde e assistência social (LRF, artigo 25, § 1º, IV, b).

8 GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

A Constituição Federal, no caput do artigo 6º, estabelece a Previdência Social como um direito social do cidadão. Em seu artigo 40 assegura aos servidores públicos o regime de previdência nos seguintes termos:

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.”

Os servidores ocupantes de cargo efetivo do município de Condado estão vinculados ao Fundo Previdenciário do Município de Condado.

Da leitura do artigo 40 da Constituição Federal acima transcrito, também se observa a preocupação expressa na Carta Magna quanto à solidez do regime, ao preconizar o equilíbrio financeiro e atuarial como critério a ser observado.

A Lei Federal nº 9.717/98 disciplina a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS), preceituando que eles devem garantir o equilíbrio financeiro e atuarial e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis por eventuais insuficiências financeiras dos seus respectivos regimes.

No mesmo sentido, o art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que “o ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para os seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará, com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial”.

O regime próprio de previdência deve possuir uma contabilidade própria, capaz de permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio - que é propriedade dos beneficiários da previdência.

Com base nessas informações contábeis, observam-se, a seguir, os resultados financeiro e atuarial, os recolhimentos previdenciários e as alíquotas de contribuição.

8.1 Equilíbrio Financeiro

A essência do RPPS é a gestão do patrimônio coletivo dos segurados para transformar a poupança presente em benefícios futuros, quando os servidores deixarem de ser ativos. Para que isto se concretize é fundamental que se deva buscar o equilíbrio financeiro.

O equilíbrio financeiro é atingido quando se garante a equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro (art. 2º, inc. I, da Portaria MPS nº 403/08). Ou seja, considera-se que o RPPS está em equilíbrio financeiro quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados (resultado previdenciário maior ou igual a zero).

O objetivo do resultado previdenciário é explicitar a necessidade de financiamento do RPPS, motivo pelo qual os aportes de recursos para cobertura de insuficiências financeiras, deficit financeiros ou atuariais não devem estar contemplados.

No exercício de 2016 o Regime Próprio de Previdência de Condado apresentou resultado previdenciário superavitário em R\$ 501.765,15, conforme demonstrado a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://ste.te.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

Tabela 8.1 Resultado Previdenciário

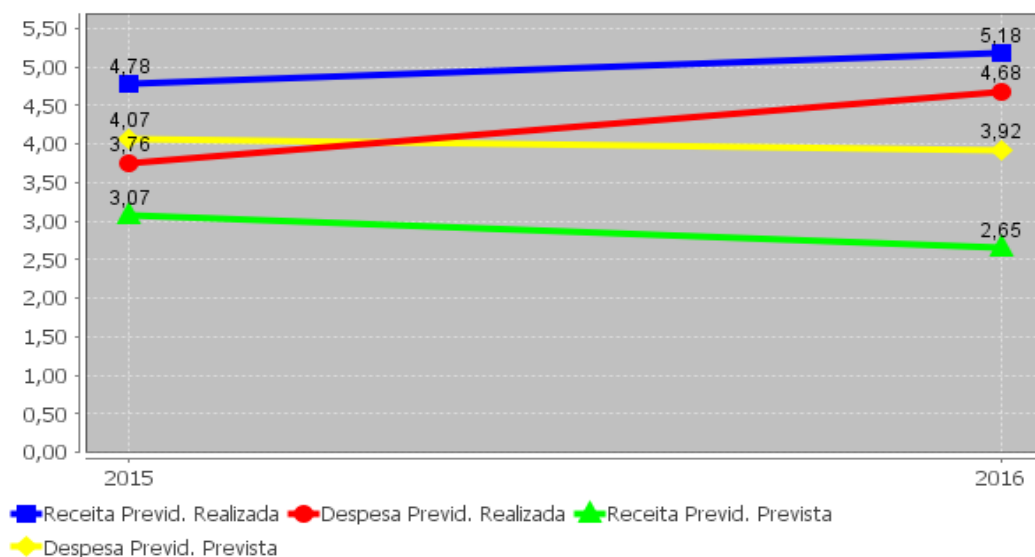
Descrição	Valor (R\$)
Receita Previdenciária ³⁶ (A)	5.182.368,39
Despesa Previdenciária ³⁷ (B)	4.680.603,24
Resultado Previdenciário (C = A – B)	501.765,15

Fonte: Apêndice XIV

O gráfico a seguir apresenta as receitas e despesas previdenciárias previstas no DRAA/2015 e DRAA/2016 em comparação com as respectivas receitas e despesas realizadas nos exercícios de 2015 e 2016:

Receita e Despesa Previdenciária prevista e realizada

Condado (2015 e 2016)



Fonte: Relatório de Auditoria 2015, DRAA/15, DRAA/16 e Apêndice XIV

8.2 Equilíbrio Atuarial

Equilíbrio atuarial é a garantia da equivalência a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo (art. 2º, inc. II, da Portaria MPS nº 403/2008).

Assim, a título de exemplo, haverá situação de desequilíbrio se, mesmo existindo equilíbrio ou superavit em um exercício, nos exercícios posteriores previstos no cálculo

³⁶ As receitas previdenciárias registram o somatório das receitas orçamentárias correntes e de capital, incluídas as intraorçamentárias (exceto os aportes para cobertura do deficit atuarial), consoante as fontes de informação apontadas na tabela acima. Não devem fazer parte do Resultado Previdenciário os aportes para cobertura de deficit atuarial, pois, segundo Portaria MPS Nº 746/2011, são valores que devem “permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 05 (cinco) anos”.

³⁷ Já as despesas previdenciárias se compõem das despesas orçamentárias, incluídas as intraorçamentárias, consoante as fontes de informação apontadas na tabela anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

atuarial, os recursos se demonstrem insuficientes para o pagamento dos benefícios futuros. Deste modo, além do equilíbrio no exercício financeiro, o regime próprio deve ter um plano de custeio que garanta os recursos necessários para o pagamento das despesas projetadas para os exercícios posteriores previstos no cálculo atuarial.

Deve-se, portanto, entender a expressão “equilíbrio financeiro e atuarial” como a garantia de que os recursos do RPPS serão suficientes para o pagamento de todas suas obrigações, tanto no curto prazo, a cada exercício financeiro, como no longo prazo, que alcança todo o seu período de existência.

O equilíbrio atuarial de um regime previdenciário é calculado em uma avaliação atuarial.

A avaliação atuarial é um estudo técnico, feito por um atuário, com base nas informações cadastrais da população coberta pelo RPPS. Esse estudo objetiva estabelecer os recursos necessários para garantia dos pagamentos dos benefícios previstos na legislação previdenciária municipal.

Mais especificamente, a avaliação atuarial também objetiva dimensionar o valor das reservas matemáticas do RPPS e de outros compromissos do plano de benefícios, de forma a estabelecer o adequado plano de custeio. É um instrumento fundamental e estratégico para o fornecimento de informações sobre o plano de benefícios, permitindo o planejamento de longo prazo das obrigações de natureza previdenciária.

A partir de 2001, a legislação previdenciária exigiu que os entes federativos passassem a encaminhar anualmente ao Ministério da Previdência Social um resumo do resultado de suas avaliações atuariais, por meio de documento eletrônico: o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA).

Conforme declaração (documento 32), observou-se que o município de Condado não providenciou a avaliação atuarial do exercício 2017, ano base 2016; mas que foi obtido por esta equipe de auditoria no CADPREVI, conforme documento 47.

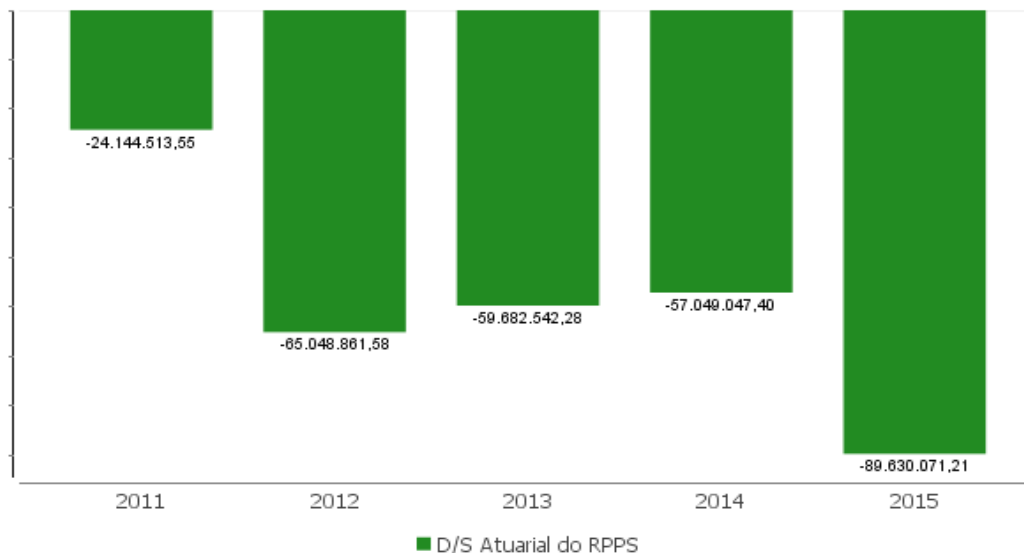
Tal avaliação evidenciaria o resultado atuarial do exercício 2016 e deve ser enviada ao Ministério da Previdência, via internet, até 31 de março de cada exercício, conforme art. 5º, § 6º, inc. I, da Portaria MPS nº 204/2008 (redação dada pela Portaria MPS nº 83/2009), por meio da alimentação das informações relativas ao DRAA, sendo critério fundamental para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária. Ressalta-se que até o dia 29/03/2017 o município de Condado não tinha providenciado a alimentação do demonstrativo.

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPS), do Ministério da Previdência Social, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelo regime próprio de previdência social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.



Ante a ausência de avaliação atuarial, deixa-se, portanto, neste item, de indicar se o RPPS municipal atendeu ou não ao equilíbrio atuarial previsto na Constituição Federal. No entanto, com base nos demonstrativos dos anos anteriores, podemos observar a evolução do superavit/deficit atuarial do regime, conforme gráfico a seguir:

Deficit/Superavit atuarial do RPPS do município de Condado (2011 a 2015)



Fonte: Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial

O resultado atuarial negativo é agravado pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias e pela não adoção de alíquota de equilíbrio sugerida pelo atuário. Tais fatos comprometem a capacidade do RPPS de acumular recursos para honrar os pagamentos futuros dos benefícios previdenciários e prejudicam as finanças municipais na medida em que os orçamentos municipais futuros ficam cada vez mais comprometidos com a cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio (art. 2º, §1º da Lei Federal nº 9.717/98).

8.3. Recolhimento das contribuições previdenciárias

Tabela 8.3a Contribuição dos Servidores ao RPPS

Competência	Retida (A)	Contabilizada	Recolhida (Principal) ³⁸ (B)	Recolhida (Encargos) ³⁹	Não Recolhida (A-B)
Janeiro	117.928,04(1)	117.928,04(1)	117.928,04(1)	0,00(1)	0,00
Fevereiro	117.311,17(1)	117.311,17(1)	117.311,17(1)	0,00(1)	0,00
Março	117.349,59(1)	117.349,59(1)	117.349,59(1)	0,00(1)	0,00

³⁸ Valor repassado à unidade gestora do RPPS título de principal (valor devido originalmente).

³⁹ Valor repassado à unidade gestora do RPPS título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

Tabela 8.3a Contribuição dos Servidores ao RPPS

Competência	Retida (A)	Contabilizada	Recolhida (Principal) (B)	Recolhida (Encargos)	Não Recolhida (A-B)
Abril	118.666,16(1)	118.666,16(1)	118.666,16(1)	0,00(1)	0,00
Mai	129.276,02(1)	129.276,02(1)	129.276,02(1)	0,00(1)	0,00
Junho	129.923,72(1)	129.923,72(1)	129.923,72(1)	0,00(1)	0,00
Julho	130.272,57(1)	130.272,57(1)	130.272,57(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	127.963,69(1)	127.963,69(1)	127.963,69(1)	0,00(1)	0,00
Setembro	124.355,22(1)	124.355,22(1)	124.355,22(1)	0,00(1)	0,00
Outubro	124.018,71(1)	124.018,71(1)	124.018,71(1)	0,00(1)	0,00
Novembro	125.526,74(1)	125.526,74(1)	125.526,74(1)	0,00(1)	0,00
Dezembro	125.305,65(1)	125.305,65(1)	125.305,65(1)	0,00(1)	0,00
13º Salário	119.907,66(1)	120.038,34(1)	120.038,34(1)	0,00(1)	-130,68
TOTAL	1.607.804,94	1.607.935,62	1.607.935,62	0,00	-130,68

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RPPS (documento 35)

Tabela 8.3b Contribuição Patronal ao RPPS

Competência	Devida (A)	Contabilizada	Benef. Pagos Diret. (B)	Recolhida (Principal) ⁴⁰ (C)	Recolhida (Encargos) ⁴¹	Não Recolhida ⁴² (A-B-C)
Janeiro	157.594,50(1)	157.594,50(1)	7.146,66(1)	150.447,84(1)	0,00(1)	0,00
Fevereiro	156.770,15(1)	156.770,15(1)	6.484,24(1)	150.285,91(1)	0,00(1)	0,00
Março	157.395,29(1)	157.395,29(1)	5.928,12(1)	151.467,17(1)	0,00(1)	0,00
Abril	158.656,45(1)	158.656,45(1)	5.752,44(1)	152.904,01(1)	0,00(1)	0,00
Mai	172.933,47(1)	172.933,47(1)	6.498,00(1)	166.435,47(1)	0,00(1)	0,00
Junho	173.765,33(1)	173.765,33(1)	4.490,58(1)	169.274,75(1)	0,00(1)	0,00
Julho	174.370,46(1)	174.370,46(1)	3.397,07(1)	170.973,39(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	171.147,04(1)	171.147,04(1)	3.484,55(1)	167.662,49(1)	0,00(1)	0,00
Setembro	166.259,49(1)	166.259,49(1)	3.280,43(1)	162.979,06(1)	0,00(1)	0,00
Outubro	165.809,77(1)	165.809,77(1)	4.794,37(1)	161.015,40(1)	0,00(1)	0,00
Novembro	167.824,66(1)	167.824,66(1)	4.561,06(1)	163.263,60(1)	0,00(1)	0,00
Dezembro	167.492,94(1)	167.492,94(1)	3.458,24(1)	164.034,70(1)	0,00(1)	0,00
13º Salário	160.486,07(1)	160.486,07(1)	3.142,08(1)	157.343,99(1)	0,00(1)	0,00
TOTAL	2.150.505,62	2.150.505,62	62.417,84	2.088.087,78	0,00	0,00

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RPPS (documento 35)

⁴⁰ Valor repassado à unidade gestora do RPPS a título de principal (valor devido originalmente).

⁴¹ Valor repassado à unidade gestora do RPPS a título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).

⁴² Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

Tabela 8.3c Contribuição Patronal Especial ao RPPS

Competência	Devida (A)	Contabilizada	Recolhida (Principal) ⁴³ (B)	Recolhida (Encargos) ⁴⁴	Não Recolhida (A-B)
Janeiro	34.949,57(1)	34.624,58(1)	34.624,58(1)	0,00(1)	324,99
Fevereiro	34.766,73(1)	35.091,73(1)	35.091,73(1)	0,00(1)	-325,00
Março	34.905,36(1)	35.903,90(1)	35.903,90(1)	0,00(1)	-998,54
Abril	35.185,04(1)	35.185,04(1)	35.185,04(1)	0,00(1)	0,00
Maiο	38.351,28(1)	38.351,28(1)	38.351,28(1)	0,00(1)	0,00
Junho	38.535,76(1)	38.535,76(1)	38.535,76(1)	0,00(1)	0,00
Julho	38.669,97(1)	38.669,97(1)	38.669,97(1)	0,00(1)	0,00
Agosto	37.955,11(1)	37.955,11(1)	37.955,11(1)	0,00(1)	0,00
Setembro	36.871,17(1)	36.871,17(1)	36.871,17(1)	0,00(1)	0,00
Outubro	36.771,46(1)	36.771,46(1)	36.771,46(1)	0,00(1)	0,00
Novembro	68.282,93(1)	68.282,93(1)	68.282,93(1)	0,00(1)	0,00
Dezembro	68.037,23(1)	68.037,23(1)	68.037,23(1)	0,00(1)	0,00
13º Salário	62.294,52(1)	62.294,52(1)	62.294,52(1)	0,00(1)	0,00
TOTAL	565.576,13	566.574,68	566.574,68	0,00	-998,55

Fonte: (1) Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RPPS (documento 35)

8.4. Alíquotas de Contribuição

A Lei Federal nº 9.717/98, em seu artigo 2.º, estabelece que a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

Por seu turno, o § 1º, do art. 149 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, exige que os Estados, Distrito Federal e os Municípios instituem contribuição, cobrada de seus servidores, cuja alíquota não será inferior à contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União (atualmente fixada em 11%).

Ainda assim, o Regime Próprio deve adotar alíquota que preserve o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de previdência.

Com base no Demonstrativo de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias e no DRAA 2016, observou-se que as alíquotas de contribuição dos entes e de seus servidores, apesar de respeitarem os limites constitucional e legalmente estabelecidos, não foram as sugeridas pela reavaliação atuarial, uma vez que de janeiro a outubro adotou-se uma alíquota

⁴³ Valor repassado à unidade gestora do RPPS a título de principal (valor devido originalmente).

⁴⁴ Valor repassado à unidade gestora do RPPS a título de encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

suplementar de 3,26%; enquanto a alíquota legal de 6,02% só foi aplicada nos meses de novembro e dezembro de 2016, conforme explicitado no quadro abaixo:

Tabela 8.4 Alíquotas dos Segurados e Patronal

Alíquota dos Segurados					
Tipo	Limite legal (%)	Alíquota Atuarial (%)	Alíquota Adotada (%)		
Ativos (S)	$S \geq 11$	11,00	11,00(2)		
Aposentados (S)	$S \geq 11$	11,00	11,00(2)		
Pensionistas (S)	$S \geq 11$	11,00	11,00(2)		
Alíquota Patronal					
Tipo	Limite Legal (%)	CN Atuarial (%)	CN Adotada (%)	CS Atuarial (%)	CS Adotada (%)
Ente (E)	$S \leq E \leq 2S$	14,70	14,70(2)	6,02	6,02(3)

Fonte: (1) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA de 2016 (documento 33)
(2) Cópia da norma que definiu as alíquotas de contribuição para o RPPS (documento 34)
(3) Lei Municipal 1000/2015 (Documento 34)

Obs: CN = Custo Normal
CS = Custo Suplementar

9 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

9.1 Transparência da gestão

A Transparência Pública encontra-se fundamentada no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, que dispõe, *in verbis*:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

A partir da normatização contida na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), na Lei Complementar nº 131/2009, no Decreto Federal nº 7.185/2010 e na Lei nº 12.527/2011 (LAI), este Tribunal realizou em 2016 um diagnóstico dos portais da transparência no âmbito das prefeituras municipais de Pernambuco, mediante o estabelecimento de um índice de transparência, o Índice de Transparência dos Municípios de Pernambuco (ITM_{PE}).

O ITM_{PE} foi calculado para cada prefeitura municipal através da avaliação de 51 critérios, levando a uma pontuação que pode variar entre 0 e 1.000 pontos.

No exercício de 2016 a Prefeitura Municipal de Condado alcançou uma pontuação de 564,00 (apêndice X), apresentando um nível de transparência Moderado. Em relação ao



exercício anterior, observou-se uma melhora no indicador, visto que em 2015 a pontuação alcançada foi de 503,50.

O Poder Executivo municipal não disponibilizou integralmente para a sociedade o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal, apresentando nível de transparência “Moderado”, conforme aplicação de metodologia de levantamento do ITMPE.

As consultas feitas na internet para fazer a análise do índice de transparência do município podem ser observadas no documento nº 48 deste processo.

10 RESUMO CONCLUSIVO

Concluída a análise da prestação de contas de governo do Prefeito de Condado, referente ao exercício financeiro de 2016, apresenta-se a seguir um resumo conclusivo estruturado com os seguintes conteúdos:

- *Irregularidades e Deficiências*: situações de deficiências ou de descumprimento de normas legais, constitucionais ou regulamentares detectadas pela auditoria;
- *Possíveis repercussões legais das irregularidades*: possibilidades de o Prefeito vir a responder, em ações administrativas ou judiciais, perante este Tribunal de Contas, à Câmara Municipal ou ao Poder Judiciário, assim como as restrições institucionais a que se sujeita o município, decorrente do não atendimento de requisito legal;
- *Quadro resumo dos limites constitucionais e legais*: síntese do aferido ao longo do presente relatório, quanto ao cumprimento dos valores e limites constitucionais e legais;

10.1 Irregularidades e Deficiências

Seguem relacionadas as irregularidades e deficiências [ID] identificadas na presente auditoria, agrupadas de acordo com os temas dos capítulos abordados neste relatório.

Gestão Orçamentária (Capítulo 2)

[ID.01] Não especificação na programação financeira das medidas relativas à quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa (Item 2.2).



Gestão Financeira e Patrimonial (Capítulo 3)

[ID.02] Ausência de registro, em conta redutora, de Provisão para Perdas de Dívida Ativa, evidenciando, no Balanço Patrimonial, uma situação não compatível com a realidade (Item 3.3.1).

[ID.03] Inscrição de Restos a Pagar não Processados a serem custeados com recursos não vinculados sem que houvesse disponibilidade de caixa (Item 3.4.1).

[ID.05] Não foram recolhidas ao RGPS contribuições descontadas dos servidores no montante de R\$ 1.304,49 (Item 3.4.2).

Repasse de Duodécimo à Câmara de Vereadores (Capítulo 4)

[ID.06] Repasse de duodécimos ao Poder Legislativo menor que o valor fixado na LOA (Item 4).

Gestão Fiscal (Capítulo 5)

[ID.07] Despesa total com pessoal acima do limite previsto pela LRF (Item 5.1).

[ID.10] Não recondução do gasto com pessoal ao limite no período determinado na LRF (Item 5.1).

[ID.11] Reincidente extrapolação do limite de despesa total com pessoal (Item 5.1).

Gestão da Educação (Capítulo 6)

[ID.12] Descumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino (Item 6.1).

Gestão da Saúde (Capítulo 7)

[ID.13] Descumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde (Item 7.1).



Gestão do Regime Próprio de Previdência (Capítulo 8)

[ID.14] RPPS em desequilíbrio financeiro, haja vista o resultado previdenciário negativo de R\$ 501.765,15, valor que representa a necessidade de financiamento do regime para pagar os benefícios previdenciários do exercício (Item 8.1).

Transparência Pública (Capítulo 9)

[ID.15] O Poder Executivo municipal não disponibilizou integralmente para a sociedade o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal, apresentando nível de transparência “Moderado”, conforme aplicação de metodologia de levantamento do ITMPE (Item 9.1).

10.2 Possíveis repercussões legais

Este item apresenta as possíveis repercussões legais que podem advir do não atendimento a requisitos legais apresentados no relatório. Ou seja, representam possibilidades de o Prefeito vir a responder processos perante este Tribunal de Contas, a Câmara Municipal ou o Poder Judiciário, assim como restrições institucionais aplicáveis ao município.

Tabela 10.2 Possíveis Repercussões Legais

Possível Repercussão Legal	Irregularidade
- Julgamento pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência de crime contra as finanças públicas, por ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa, com sanção prevista ao agente que lhe der causa de reclusão de 1 a 4 anos (Código Penal, art. 359-C).	[ID.04]
- Impossibilidade de receber as transferências dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União (Lei Federal nº 8.212/1991, art. 56).	[ID.05]
- Julgamento pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência de ato de improbidade administrativa, por deixar de praticar indevidamente ato de ofício, sujeitando o agente público responsável ao ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 3 a 5 anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 anos. (Lei Federal nº 8.429/1992, artigo 11, inciso II c/c artigo 12, inciso III).	[ID.05]
- Julgamento pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência de crime de apropriação indébita previdenciária pelo responsável, sujeito à pena de reclusão, de 2 a 5 anos, e multa (artigo 168-A do Código Penal).	[ID.05]
- Julgamento do Prefeito pelo Poder Judiciário sobre a ocorrência de crime de responsabilidade (Constituição Federal, artigo 29-A, § 2º, inciso III).	[ID.06]



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

Tabela 10.2 Possíveis Repercussões Legais

Possível Repercussão Legal	Irregularidade
- Julgamento pelo TCE-PE, em Processo de Gestão Fiscal, por deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo, com sanção de multa de 30% dos vencimentos anuais, limitada ao período de apuração (Lei 10.028/2000, artigo 5º, inciso II e Resolução TCE-PE nº 20/2015).	[ID.07] [ID.10]
- Proibição de: (a) conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição; (b) criar cargo, emprego ou função; (c) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; (d) dar provimento em cargo público, admitir ou contratar de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; (e) contratar hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias (LRF, artigo 22, parágrafo único).	[ID.07] [ID.10] [ID.11]
- Proibição de receber transferências voluntárias, exceto relativas a ações de educação, saúde e assistência social e proibição de obter garantia e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e redução de despesa com pessoal (LRF, artigo 23, § 3º, incisos I a III).	[ID.07] [ID.10] [ID.11]
- Julgamento pelo TCE-PE, em Processo de Gestão Fiscal, por apresentar inconsistências ou incoerências nos valores e resultados dos demonstrativos do RGF e/ou RREO, com sanção de multa (Resolução TCE-PE nº 20/2015).	[ID.08] [ID.11]
- Intervenção do Estado no Município (Constituição Federal, artigo 35, inciso III).	[ID.12] [ID.13]
- Proibição de receber transferências voluntárias, exceto relativas a ações de educação, saúde e assistência social (LRF, artigo 25, § 1º, IV, b).	[ID.12] [ID.13]
- Impossibilidade de o município receber transferência voluntária (Lei Complementar nº 101/2000, inciso I do § 3º do artigo 23 c/c artigo 73-C).	[ID.15]
- Julgamento do Prefeito pela Câmara de Vereadores sobre a ocorrência de infração político-administrativa, por praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática, tendo como sanção prevista a cassação do mandato (Decreto-Lei 201/1967, artigo 4º, inciso VII).	[ID.15]
- Julgamento do Prefeito pelo TCE-PE, em Processo de Gestão Fiscal, por deixar de disponibilizar em meio eletrônico de acesso público os documentos e informações da gestão fiscal, com sanção de multa (Resolução TCE-PE nº 20/2015, artigo 12, inciso VI).	[ID.15]

10.3 Tabela de limites constitucionais e legais

Em relação ao cumprimento dos valores e limites constitucionais e legais, segue a Tabela 11.3 com a síntese do aferido ao longo do presente relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

Tabela 10.3 Limites Constitucionais e Legais

	Especificação	Valor (R\$) ou Limite Legal	Fundamentação Legal	% ou Valor Aplicado (R\$) ⁴⁵	Situação ⁴⁶
DUODÉCIMOS	• Repasse de duodécimos à Câmara de Vereadores.	• R\$ 1.687.140,35	• CF/88, caput do art. 29-A (redação dada pela EC n° 25)	R\$ 1.635.004,08	Descumprimento
PESSOAL	• Despesa Total com Pessoal	• 54% da RCL.	• Lei Complementar n° 101/2000, art. 20.	1° Q. 61,28% 2° Q. 61,10% 3° Q. 54,73%	Descumprimento Descumprimento Descumprimento
DÍVIDA	• Dívida consolidada líquida (DCL).	• 120% da RCL.	• Resolução n° 40/2001 do Senado Federal.	64,04%	Cumprimento
EDUCAÇÃO	• Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.	• 25% da receita vinculável na manutenção e desenvolvimento do ensino.	• Constituição Federal, art. 212.	22,84%	Descumprimento
	• Aplicação na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.	• 60% dos recursos do FUNDEB.	• Lei Federal n° 11.494/2007, art. 22.	81,02%	Cumprimento
	• Saldo da conta do FUNDEB ao final do exercício.	• Até 5% das receitas recebidas pelo FUNDEB.	• Lei Federal n° 12.494/2007, art. 21, § 2°.	2,80%	Cumprimento
SAÚDE	• Aplicação nas ações e serviços públicos de saúde.	• 15% da receita vinculável em saúde.	• Lei Complementar n° 141/2012, Art. 7°.	10,77%	Descumprimento
PREVIDÊNCIA	• Limite das alíquotas de contribuição – Servidor Ativo (S)	• $S \geq 11\%$	• Constituição Federal, art. 149, § 1.º	11%	Cumprimento
	• Limite das alíquotas de contribuição – Aposentados (S)	• $S \geq 11\%$	• Lei n° 9.717/98, Art. 3°.	11%	Cumprimento
	• Limite das alíquotas de contribuição – Pensionistas (S)	• $S \geq 11\%$	• Lei n° 9.717/98, Art. 3°.	11%	Cumprimento
	• Limite das alíquotas de contribuição – patronal • Não Segregado	• $S \leq E \leq 2S$	• Lei Federal n° 9.717/98, art. 2.º	14,70(2)	Cumprimento

É o Relatório.

⁴⁵ Percentual (%) ou valor aplicado, que a equipe de auditoria considerou como o correto, conforme levantamento realizado.

⁴⁶ Cumprimento / Descumprimento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO

Recife, 19 de junho 2018.



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://etc.te.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://etc.te.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e4e99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICES



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	51.481.546,80(1)
1.1.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.246.899,15(1)
1.1.10.00.00	Impostos	2.013.476,23(1)
1.1.12.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.467.196,13(1)
1.1.12.02.00	IPTU	72.506,00(1)
1.1.12.04.00	IR	1.343.861,45(1)
1.1.12.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	0,00(1)
1.1.12.04.34	IRRF sobre Outros Rendimentos	1.343.861,45(1)
1.1.12.08.00	ITBI	50.828,68(1)
1.1.13.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	546.280,10(1)
1.1.13.05.00	ISSQN	546.280,10(1)
1.1.20.00.00	Taxas	233.422,92(1)
1.1.21.00.00	Poder de Polícia	71.871,49(1)
1.1.22.00.00	Prestação de Serviços	161.551,43(1)
1.1.30.00.00	Contribuição de Melhoria	0,00(1)
1.2.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.539.200,72(1)
1.2.10.00.00	Contribuições Sociais	2.059.447,72(1)
1.2.10.29.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	2.059.447,72(1)
1.2.10.29.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	0,00(1)
1.2.10.29.02	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.03	Contribuição Patronal - Inativo Civil	0,00(1)
1.2.10.29.04	Contribuição Patronal - Inativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.05	Contribuição Patronal - Pensionista Civil	0,00(1)
1.2.10.29.06	Contribuição Patronal - Pensionista Militar	0,00(1)
1.2.10.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	1.964.819,15(1)
1.2.10.29.08	Contribuição de Servidor Ativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.09	Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	39.283,73(1)
1.2.10.29.10	Contribuições de Servidor Inativo Militar	0,00(1)
1.2.10.29.11	Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	0,00(1)
1.2.10.29.12	Contribuições de Pensionista Militar	0,00(1)
1.2.10.29.13	Contr. Previd. para Amortiz. do Déficit Atuarial (Alíquota suplementar)	0,00(1)
1.2.10.29.15	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00(1)
1.2.10.29.16	Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	55.344,84(1)
1.2.10.29.99	Outras Contribuições Sociais para o RPPS	0,00(1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.2.10.99.00	Outras Contribuições Sociais	0,00(1)
1.2.20.00.00	Contribuições Econômicas	479.753,00(1)
1.2.20.29.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	479.753,00(1)
1.2.20.99.00	Outras Contribuições Econômicas	0,00(1)
1.3.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	662.157,53(1)
1.3.10.00.00	Receitas Imobiliárias	17.196,27(1)
1.3.20.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	644.961,26(1)
1.3.20.01.00	Receita de Aplicações Financeiras de Recursos do FUNDEB	50.765,82(1)
1.3.20.02.00	Receita de Aplicações Financeiras de Recursos de Convênios, Acordos e Congêneres para Educação	74.399,59(1)
1.3.20.03.00	Receita de Aplicações Financeiras de Recursos Recebidos do SUS (recursos Fundo a Fundo, por Serviços Produzidos), de operações de crédito (internas e externas) e de Transferências de Convênios	89.356,60(1)
1.3.20.04.00	Outras Receitas de Aplicações Financeiras de Recursos do FMS	0,00(1)
1.3.20.05.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	430.439,25(1)
1.3.30.00.00	Receitas de Concessões e Permissões	0,00(1)
1.3.40.00.00	Compensações Financeiras	0,00(1)
1.3.90.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	0,00(1)
1.4.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00(1)
1.5.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00(1)
1.6.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	344.755,00(1)
1.6.01.00.00	Receitas de Serviços de Saúde	0,00(1)
1.6.02.00.00	Outras Receitas	344.755,00(1)
1.7.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.527.448,85(1)
1.7.20.00.00	Transferências Intergovernamentais	45.527.448,85(1)
1.7.21.00.00	Transferências da União	28.617.803,63(1)
1.7.21.01.00	Participação na Receita da União	20.821.438,54(1)
1.7.21.01.02	Cota-Parte - FPM - Parcela Mensal (CF, art. 159, I, b)	19.435.647,13(1)
1.7.21.01.03	Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de dezembro (CF, art. 159, I, d)	807.154,40(2)
1.7.21.01.04	Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de julho (CF, art. 159, I, e)	573.619,68(2)
1.7.21.01.05	Cota-Parte - ITR	5.017,33(1)
1.7.21.01.32	Cota-Parte - IOF	0,00(1)
1.7.21.22.00	Transferências da Comp. Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	163.115,09(1)
1.7.21.22.11	Cota-parte - Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00(1)
1.7.21.22.20	Cota-parte - Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	0,00(1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.7.21.22.30	Cota-parte Royalties - Petróleo - Lei nº 7.990/89	0,00(1)
1.7.21.22.40	Cota-Parte Royalties – Exc. da Prod. do Petr. (Lei nº 9.478/97, art. 49, I e II)	0,00(1)
1.7.21.22.50	Cota-Parte Royalties - Participação Especial - Lei nº 9.478/97, artigo 50	0,00(1)
1.7.21.22.70	Cota-Parte - Fundo Especial do Petróleo - FEP	163.115,09(1)
1.7.21.22.90	Outras Transferências – Comp. Fin. pela Exploração de Recursos Naturais	0,00(1)
1.7.21.33.00	Transferências de Recursos do SUS - Repasses Fundo a Fundo	5.915.256,32(1)
1.7.21.34.00	Transferências de Recursos do FNAS	528.153,63(1)
1.7.21.35.00	Transferências de Recursos do FNDE	1.027.193,24(1)
1.7.21.35.01	Salário-Educação	615.391,57(1)
1.7.21.35.02	Outras Transferências	411.801,67(1)
1.7.21.36.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	6.581,68(1)
1.7.21.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
1.7.21.99.00	Outras Transferências da União	156.065,13(1)
1.7.21.99.01	Apoio Financeiro - AFM	0,00(1)
1.7.21.99.02	Outras Transferências	156.065,13(1)
1.7.22.00.00	Transferências dos Estados	3.832.339,52(1)
1.7.22.01.00	Participação na Receita dos Estados	3.713.068,58(1)
1.7.22.01.01	Cota-Parte - ICMS	3.057.699,25(3)
1.7.22.01.02	Cota-Parte - IPVA	610.058,52(4)
1.7.22.01.04	Cota-Parte - IPI sobre Exportação	5.099,53(4)
1.7.22.01.13	Cota-Parte - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	40.211,28(1)
1.7.22.01.99	Outras Participações na Receita dos Estados	0,00(1)
1.7.22.22.00	Transferências da Cota-Parte da Compensação Financeira (25%)	0,00(1)
1.7.22.22.11	Cota-Parte - Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00(1)
1.7.22.22.20	Cota-Parte - Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	0,00(1)
1.7.22.22.30	Cota-Parte Royalties - Comp. Fin. pela Prod. Petr. (Lei nº 7.990/89, art. 9º)	0,00(1)
1.7.22.22.90	Outras Transferências - Compensações Financeiras	0,00(1)
1.7.22.33.00	Transf. de Rec. do Estado para Progr. de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	50.626,26(1)
1.7.22.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
1.7.22.99.00	Outras Transferências dos Estados	68.644,68(1)
1.7.23.00.00	Transferências dos Municípios	0,00(1)
1.7.23.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00(1)
1.7.23.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
1.7.23.99.00	Outras Transferências dos Municípios	0,00(1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.7.24.00.00	Transferências Multigovernamentais	13.077.305,70(1)
1.7.24.01.00	Transferências de Recursos - FUNDEB	11.327.496,22(1)
1.7.24.02.00	Complementação da União - FUNDEB	1.749.809,48(1)
1.7.24.99.00	Outras Transferências Multigovernamentais	0,00(1)
1.7.30.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00(1)
1.7.40.00.00	Transferências do Exterior	0,00(1)
1.7.50.00.00	Transferências de Pessoas	0,00(1)
1.7.60.00.00	Transferências de Convênios	0,00(1)
1.7.61.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	0,00(1)
1.7.61.01.00	Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
1.7.61.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
1.7.61.03.00	Destinadas a Programas de Assistência Social	0,00(1)
1.7.61.04.00	Destinadas aos Programas de Combate à Fome	0,00(1)
1.7.61.05.00	Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00(1)
1.7.61.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00(1)
1.7.62.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e de Suas Entidades	0,00(1)
1.7.62.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
1.7.62.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
1.7.62.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	0,00(1)
1.7.63.00.00	Transferências de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	0,00(1)
1.7.63.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
1.7.63.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
1.7.63.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	0,00(1)
1.7.64.00.00	Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00(1)
1.7.65.00.00	Transferência de Convênios do Exterior	0,00(1)
1.7.70.00.00	Transferências para o Combate à Fome	0,00(1)
1.7.71.00.00	Provenientes do Exterior	0,00(1)
1.7.72.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0,00(1)
1.7.73.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	0,00(1)
1.7.74.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00(1)
1.9.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.085,55(1)
1.9.10.00.00	Multas e Juros de Mora	19.562,36(1)
1.9.11.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	19.562,36(1)
1.9.11.10.00	Multas e Juros de Mora do IPTU	18.270,35(1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Código	Descrição	Valor (R\$)
1.9.11.20.00	Multas e Juros de Mora do ITBI	0,00(1)
1.9.11.30.00	Multas e Juros de Mora do ISS	0,00(1)
1.9.11.40.00	Multas e Juros de Mora do IRRF	0,00(1)
1.9.11.50.00	Multas e Juros de Mora de outros tributos	1.292,01(1)
1.9.13.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa	0,00(1)
1.9.13.01.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	0,00(1)
1.9.13.01.10	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU	0,00(1)
1.9.13.01.20	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IITBI	0,00(1)
1.9.13.01.30	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ISS	0,00(1)
1.9.13.01.40	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IRRF	0,00(1)
1.9.13.01.99	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de outros tributos	0,00(1)
1.9.13.02.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa Não Tributária	0,00(1)
1.9.18.00.00	Multas e Juros de Mora de Receitas Não Tributárias	0,00(1)
1.9.19.00.00	Multas de Outras Origens	0,00(1)
1.9.20.00.00	Indenizações e Restituições	14.309,62(1)
1.9.30.00.00	Receita da Dívida Ativa	105.956,18(1)
1.9.31.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	54.850,02(1)
1.9.31.10.00	Dívida Ativa do IPTU	30.630,98(1)
1.9.31.20.00	Dívida Ativa do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.9.31.30.00	Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.9.31.40.00	Dívida Ativa do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
1.9.31.50.00	Dívida Ativa de outros tributos	24.219,04(1)
1.9.32.00.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária	51.106,16(1)
1.9.90.00.00	Receitas Diversas	21.257,39(1)
2.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	620.874,05(1)
2.1.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00(1)
2.1.10.00.00	Operações de Crédito Internas	0,00(1)
2.1.20.00.00	Operações de Crédito Externas	0,00(1)
2.2.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00(1)
2.2.10.00.00	Alienação de Bens Móveis	0,00(1)
2.2.20.00.00	Alienação de Bens Imóveis	0,00(1)
2.3.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00(1)
2.4.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	620.874,05(1)
2.4.20.00.00	Transferências Intergovernamentais	0,00(1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Código	Descrição	Valor (R\$)
2.4.21.00.00	Transferências da União	0,00(1)
2.4.21.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00(1)
2.4.21.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.21.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
2.4.21.99.00	Outras Transferências da União	0,00(1)
2.4.22.00.00	Transferências dos Estados	0,00(1)
2.4.22.01.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00(1)
2.4.22.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.22.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
2.4.22.99.00	Outras Transferências dos Estados	0,00(1)
2.4.23.00.00	Transferências dos Municípios	0,00(1)
2.4.23.01.00	Transferência de Recursos Destinados a Programas de Saúde	0,00(1)
2.4.23.02.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.23.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00(1)
2.4.23.99.00	Outras Transferências dos Municípios	0,00(1)
2.4.30.00.00	Transferências de Instituições Privadas	0,00(1)
2.4.40.00.00	Transferências do Exterior	0,00(1)
2.4.50.00.00	Transferências de Pessoas	0,00(1)
2.4.60.00.00	Transferência de Outras Instituições Públicas	0,00(1)
2.4.70.00.00	Transferências de Convênios	620.874,05(1)
2.4.71.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	330.926,83(1)
2.4.71.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	300.000,00(1)
2.4.71.02.00	Destinadas a Programas de Educação	30.926,83(1)
2.4.71.03.00	Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00(1)
2.4.71.04.00	Destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00(1)
2.4.71.05.00	Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	0,00(1)
2.4.71.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00(1)
2.4.72.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e de suas Entidades	0,00(1)
2.4.72.01.00	Destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS	0,00(1)
2.4.72.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.72.03.00	Destinadas a Programas de Saneamento Básico	0,00(1)
2.4.72.04.00	Destinadas a Programas de Meio Ambiente	0,00(1)
2.4.72.05.00	Destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	0,00(1)
2.4.72.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	0,00(1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE I
ANÁLISE DA RECEITA ARRECADADA
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Código	Descrição	Valor (R\$)
2.4.73.00.00	Transferência de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	289.947,22(1)
2.4.73.01.00	Destinados a Programas de Saúde	0,00(1)
2.4.73.02.00	Destinadas a Programas de Educação	0,00(1)
2.4.73.99.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	289.947,22(1)
2.4.74.00.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas	0,00(1)
2.4.75.00.00	Transferência de Convênios do Exterior	0,00(1)
2.4.80.00.00	Transferências para o Combate à Fome	0,00(1)
2.4.81.00.00	Provenientes do Exterior	0,00(1)
2.4.82.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	0,00(1)
2.4.83.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	0,00(1)
2.4.84.00.00	Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00(1)
2.5.00.00.00	Outras Receitas de Capital	0,00(1)
9.0.0.0.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	4.614.019,14(1)
9.1.7.21.01.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	3.879.447,69(1)
9.1.7.21.01.02	FPM – FUNDEB e Redutor Financeiro	3.877.127,94(1)
9.1.7.21.01.05	ITR	1.003,43(1)
9.1.7.21.36.00	ICMS Desoneração – Lei Complementar 87/96	1.316,32(1)
9.1.7.22.01.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	734.571,45(1)
9.1.7.22.01.01	ICMS	611.539,85(4)
9.1.7.22.01.02	IPVA	122.011,70(4)
9.1.7.22.01.04	IPI - Exportação	1.019,90(4)
9.1.X.XX.XX.XX	Demais Deduções da Receita	0,00(1)
7.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.777.659,37(1)
7.2.10.29.01	Contribuição Patronal do Servidor Ativo Civil	2.745.160,30(1)
7.2.10.29.13	Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial	32.499,07(5)
7.2.10.29.15	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos - RPPS	0,00(1)
7.9.40.00.00	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00(1)
7.9.90.99.00	Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias	0,00(1)
8.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00(1)
TOTAL DA RECEITA (considerando deduções e intraorçamentária)		50.266.061,08(1)

Fontes de Informação:

- (1)Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do município (documento 16)
- (2)Banco do Brasil (www.bb.com.br)
- (3)Demonstrativo Sefaz- PE (Documento 51)
- (4)Demonstrativo Sefaz-PE (Documento 50)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

(5) Demonstrativo de recolhimento do RPPS (Documento 35 fl.06)

Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4e99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE II
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL
APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (art. 2º, IV da LRF)
Mês de referência: dezembro de 2016 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2016
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
1. RECEITAS CORRENTES	51.481.546,80
1.1. Receitas Tributárias	2.246.899,15(1)
1.2. Receitas de Contribuições	2.539.200,72(1)
1.3. Receitas Patrimoniais	662.157,53(1)
1.4. Receitas Agropecuária	0,00(1)
1.5. Receitas Industriais	0,00(1)
1.6. Receitas de Serviços	344.755,00(1)
1.7. Transferências Correntes	45.527.448,85(1)
1.8. Outras Receitas Correntes	161.085,55(1)
2. (-) DEDUÇÕES	6.673.466,86
2.1. Contribuição dos segurados para o RPPS	2.004.102,88(1)
2.2. Compensação financeira entre regimes previdenciários	55.344,84(1)
2.3. Dedução da receita para formação do FUNDEB	4.614.019,14(1)
3. TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = (1 - 2)	44.808.079,94

Fontes de Informação:

(1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE III
DESPESA TOTAL COM PESSOAL
APURAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
Mês de referência: dezembro de 2016 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2016
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
1. DESPESA BRUTA COM PESSOAL	29.595.707,31
1.1. Ativo	25.192.602,08
1.1.1. Contratação por Tempo Determinado	4.475.362,47(1)
1.1.2. Salário-Família	0,00(1)
1.1.3. Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	17.023.328,90(1)
1.1.4. Obrigações Patronais (para o RGPS e RPPS - Fundo ou Instituto)	2.929.343,09(1)
1.1.5. Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00(1)
1.1.6. Indenizações Trabalhistas	0,00(1)
1.1.7. Sentenças Judiciais	764.567,62(1)
1.1.8 Despesas de exercícios Anteriores	0,00(1)
1.1.9. Outros	0,00
1.2. Inativo e Pensionista	4.403.105,23
1.2.1. Aposentadoria e Reforma	3.858.927,01(1)
1.2.2. Pensões	375.300,75(1)
1.2.3. Outros Benefícios Previdenciários	168.877,47(1)
1.2.4. Salário-Família	0,00(1)
1.2.5. Sentenças Judiciais	0,00(1)
1.2.6. Despesas de exercícios anteriores	0,00(1)
1.2.7. Outros	0,00
1.3. Outras despesas de pessoal (§ 1º, art. 18, da LRF)	0,00(1)
2. DEDUÇÕES (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.074.249,18
2.1. Indenização por demissão e incentivo à demissão voluntária (art. 19, § 1º, I e II da LRF)	0,00(1)
2.2. Decorrentes de Decisão Judicial	764.363,02(1)
2.3. Despesas de exercícios anteriores	0,00(1)
2.4. Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (art. 19, VI, da LRF)	4.309.886,16
2.4.1. Total da despesa com Inativos e Pensionistas	4.342.385,23
2.4.2. (-) Transf. de recursos para cobertura de deficit financeiro ou insuficiência financeira	32.499,07(2)
2.5. Outras deduções	0,00
3. DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP = (1-2)	24.521.458,13
4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	44.808.079,94(3)
5. COMPROMETIMENTO DA DTP = DTP/RCL (100%)	54,73



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://etc.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e4e99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

Fontes de Informação:

- (1) Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (documento 19)
- (2) Apêndice II deste relatório (RCL).

Observações:

Somatório das obrigações patronais = $555.264,28 + 2.612.781,36 + 731.662,20 = 3.899.707,84$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE IV
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL
APURAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (art. 55, I, “b” da LRF)
Mês de referência: dezembro de 2016 / Período de apuração: janeiro a dezembro de 2016
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
DÍVIDA CONSOLIDADA CONTABILIZADA (DC) - (I)	32.130.041,00
Dívida Mobiliária	0,00(1)
Dívida Contratual	29.315.190,14
Parcelamento de contribuições para o RPPS	7.812.992,08(2)
Parcelamento de contribuições para o RGPS	21.502.198,06(2)
Outras dívidas contratuais	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 vencidos e não pagos	32.435,94(2)
Demais Dívidas	2.782.414,92(3)
DÍVIDA CONSOLIDADA NÃO CONTABILIZADA (DNC) - (II)	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA TOTAL (DCT) - III = (I + II)	32.130.041,00
DEDUÇÕES (IV)	3.436.008,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.732.225,98(1)
Demais Haveres Financeiros	34.056,68(1)
(-) Restos a Pagar Processados	330.274,47(1)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) - (V) = (III – IV)	28.694.032,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) - (VI)	44.808.079,94(4)
% da DC sobre a RCL (VII) = COMPROMETIMENTO DA DC = (III/VI)X100	71,71
% da DCL sobre a RCL (VIII) = COMPROMETIMENTO DA DCL = (V/VI)X100	64,04
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO - 120%	53.769.695,93
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	48.392.726,34

Fontes de Informação:

- (1)Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo extraídos do SICONFI (documento 12).
- (2)Demonstração da Dívida Fundada do município (documento 09)
- (3)Demonstrativo de Dívida Fundada (Documento 09)
- (4)Apêndice II deste relatório (RCL).

Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE V
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS VINCULADAS AO ENSINO E À SAÚDE
CÁLCULO DA RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL – RMA
(Ensino: art. 212 da CF/88 e art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996 Saúde: Arts. 156, 158 e 159, I, b e § 3º da CF/88)
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
1 RECEITAS DE IMPOSTOS (1.1. + 1.2)	2.062.377,56
1.1 Principal, multa, juros e atualização Monetária dos Impostos	2.031.746,58
1.1.1 Principal dos Impostos	2.013.476,23
1.1.1.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	72.506,00(1)
1.1.1.2 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.828,68(1)
1.1.1.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	546.280,10(1)
1.1.1.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.343.861,45(1)
1.1.2 Multa, juros e atualização Monetária dos Impostos	18.270,35
1.1.2.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	18.270,35(1)
1.1.2.2 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.1.2.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.1.2.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
1.2 Dívida Ativa dos Impostos	30.630,98
1.2.1 Principal da Dívida Ativa	30.630,98
1.2.1.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	30.630,98(1)
1.2.1.2 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.2.1.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.2.1.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
1.2.2 Multa, juros e atualização Monetária da Dívida Ativa	0,00
1.2.2.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00(1)
1.2.2.2 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00(1)
1.2.2.3 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00(1)
1.2.2.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00(1)
2 RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (2.1+...+2.9)	24.500.877,52
2.1 Cota-Parte - FPM - Parcela Mensal (CF, art. 159, I, b)	19.435.647,13(1)
2.2 Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de dezembro (CF, art. 159, I, d)	807.154,40(1)
2.3 Cota-Parte - FPM - Parcela extra do mês de julho (CF, art. 159, I, e)	573.619,68(1)
2.4 Cota-Parte ICMS	3.057.699,25(1)
2.5 ICMS - Desoneração - LC nº 87/1996	6.581,68(1)
2.6 Cota-Parte IPI-Exportação	5.099,53(1)
2.7 Cota-Parte ITR	5.017,33(1)
2.8 Cota-Parte IPVA	610.058,52(1)
2.9 Cota-Parte IOF-Ouro	0,00(1)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE V
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS VINCULADAS AO ENSINO E À SAÚDE
CÁLCULO DA RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL – RMA
(Ensino: art. 212 da CF/88 e art. 69 da Lei Federal nº 9.394/1996 Saúde: Arts. 156, 158 e 159, I, b e § 3º da CF/88)
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
3 TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - ENSINO (= 1 + 2)	26.563.255,08
4 TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - SAÚDE (= 1 + 2 – 2.2 – 2.3 – 2.9)	25.182.481,00
5 RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL - ENSINO = 0,25 X (3)	6.640.813,77
6 RECEITA MÍNIMA APLICÁVEL - SAÚDE = 0,15 X (4)	3.777.372,15

Fontes de Informação:

(1) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE VI
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DA DIFERENÇA POSITIVA / NEGATIVA DO FUNDEB
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB (1.1+ ... + 1.6)	4.614.019,14
1.1. Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	3.877.127,94(1)
1.2. Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	611.539,85(1)
1.3. ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	1.316,32(1)
1.4. Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	1.019,90(1)
1.5. Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	1.003,43(1)
1.6. Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20,00%)	122.011,70(1)
2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB (2.1 + 2.2 + 2.3)	13.128.071,52
2.1. Transferências de Recursos do FUNDEB	11.327.496,22(1)
2.2. Complementação da União ao FUNDEB	1.749.809,48(1)
2.3. Rendimentos de aplicações financeiras	50.765,82(1)
3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (2.1 - 1)	6.713.477,08

Fontes de Informação:

(1)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).

Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE VII
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DO LIMITE DE 25% COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
(art. 212 da CF/88 e arts. 69, 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996)
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
1 DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUT. E DES. DO ENSINO (1.1+...+ 1.4)	15.221.035,86
1.1 Educação Infantil	1.815.759,44
1.1.1 Despesas custeadas com Recursos do FUNDEB	1.815.000,00(1)
1.1.2 Despesas custeadas com Outros Recursos de Impostos	759,44(2)
1.1.3 Restos a pagar não processados, pagos no exercício	0,00(3)
1.2 Ensino Fundamental	12.789.884,85
1.2.1 Despesas custeadas com Recursos do FUNDEB	11.313.071,52(4)
1.2.2 Despesas custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.474.992,61(4)
1.2.3 Restos a pagar não processados, pagos no exercício	1.820,72(3)
1.3 Diferença Negativa do FUNDEB (se for o caso)	0,00(5)
1.4 Outras	615.391,57
1.4.1 Ensino Profissional, quando integrado ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	0,00(2)
1.4.2 Educação de Jovens e Adultos, quando integrado ao ensino regular (Educ. infantil e fund.)	0,00(2)
1.4.3 Educação Especial, quando integrado ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	0,00(2)
1.4.4 Despesas com obras, quando destinada ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	0,00(2)
1.4.5 Outras despesas, quando destinadas ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	615.391,57
Transferência do salário educação	615.391,57(6)
2 DEDUÇÕES (2.1 + ... + 2.8)	9.152.860,20
2.1 Despesas indevidas com a MDE	0,00
2.2. Diferença positiva do FUNDEB (se for o caso)	6.713.477,08(5)
2.3. Complementação da União ao FUNDEB	1.749.809,48(7)
2.4. Salário Educação	615.391,57(7)
2.5. Cancelamento, no exercício, de restos a pagar processados	23.416,25(3)
2.6. Restos a Pagar não processados	0,00(8)
2.7. Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.765,82(7)
2.8. Despesas realizadas com recursos transferidos através de convênios/acordos/congêneres	0,00
2.8.1 Ensino Fundamental	0,00(2)
2.8.2 Educação Infantil	0,00(2)
2.8.3 Ensino Profissional, quando integrado ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	0,00(2)
2.8.4 Educação de Jovens e Adultos, quando integrado ao ensino regular (Educ. inf. e fund.)	0,00(2)
2.8.5 Educação Especial, quando integrado ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	0,00(2)
2.8.6 Despesas com obras, quando destinada ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	0,00(2)
2.8.7 Outras despesas, quando destinadas ao ensino regular (Educação infantil e fundamental)	0,00
3. TOTAL APLICADO NO SETOR DE ENSINO (= 1 - 2)	6.068.175,66



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE VII
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DO LIMITE DE 25% COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
(art. 212 da CF/88 e arts. 69, 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/1996)
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
4. TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS - ENSINO	26.563.255,08(9)
5. PERCENTUAL APLICADO NA MDE $[(3/4) \times 100]$	22,84

Fontes de Informação:

- (1) Demonstrativos das Receitas e Despesas com MDE (Documento 14)
- (2) Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, por fonte de recurso, com detalhamento das fontes ordinárias e vinculadas (documento 21)
- (3) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores a 2016 (documento 28)
- (4) FNDE-SIOPE (Documento 14)
- (5) Apêndice VI deste relatório (Diferença Fundeb).
- (6) FNDE-SIOPE
- (7) Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
- (8) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício de 2016 (documento 27)
- (9) Apêndice V deste relatório (RMA).

Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE VIII
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
APLICAÇÃO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO
(art. 60 da ADCT, art. 73 da Lei Federal nº 9.394/96, e art. 22 da Lei Federal nº 11.494/2007)
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
1 PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.636.810,41
1.1 Educação Infantil	1.815.000,00(1)
1.2 Ensino Fundamental	8.821.810,41(1)
2 DEDUÇÕES (2.1 + 2.2)	0,00
2.1 Despesas indevidas com recursos do FUNDEB 60%	0,00
2.2 Restos a pagar não processados	0,00(2)
3 VALOR LÍQUIDO PAGO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (1-2)	10.636.810,41
4 RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.128.071,52(3)
5 PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL = (3/4) X 100	81,02%

Fontes de Informação:

- (1) Demonstrativo de Receitas e Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (documento 14)
- (2) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício de 2016 (documento 27)
- (3) Apêndice VI deste relatório (Diferença Fundeb).

Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE IX
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
CÁLCULO DO LIMITE DO SALDO DA CONTA DO FUNDEB

(Lei nº 11.494/07, art. 21, § 2.º)

Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
1. Saldo conciliado da conta do FUNDEB	118.442,22(1)
2. Restos a pagar vinculados ao FUNDEB, cancelados no exercício	251.876,93(2)
3. Restos a pagar processados vinculados ao FUNDEB	3.263,58(3)
4. Receitas do FUNDEB	13.128.071,52(4)
5. Saldo disponível para utilização no exercício seguinte (=1 + 2 - 3)	367.055,57
6. SALDO DISPONÍVEL DO FUNDEB x RECEITA [= (5/4) X 100]	2,80%

Fontes de Informação:

- (1) Extratos e conciliações bancárias do FUNDEB relativos ao último dia útil do exercício e do exercício anterior (Documento 40)
- (2) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores a 2016 (documento 28)
- (3) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício de 2016 (documento 27)
- (4) Apêndice VI deste relatório (Diferença Fundeb).

Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE X
CÁLCULO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL - ITM_{pe}
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Critério de avaliação	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
1 CONTEÚDO	600,00	525,00
1.1 Transparência da Gestão Fiscal	420,00	395,00
1.1.1 Verificações preliminares	20,00	10,00
1.1.2 Informações de RECEITA	65,00	50,00
1.1.3 Informações de DESPESA	250,00	250,00
1.1.4 Outras Informações	85,00	85,00
1.2 Lei de Acesso à Informação	180,00	130,00
1.2.1 Informações disponibilizadas na internet	180,00	130,00
2 REQUISITOS TECNOLÓGICOS	400,00	39,00
2.1 Requisitos tecnológicos gerais para o sítio do Portal de Transparência	104,00	39,00
2.1.1 Ferramenta de pesquisa de conteúdo	15,00	0,00
2.1.2 Comunicação com o órgão/entidade detentor do site	22,00	7,00
2.1.3 Acessibilidade para pessoas com deficiência	24,00	0,00
2.1.4 Cadastramento e senha para acesso	10,00	10,00
2.1.5 Endereço eletrônico do portal de transparência	5,00	5,00
2.1.6 Usabilidade	28,00	17,00
2.2 Requisitos tecnológicos para a sessão Receita	65,50	0,00
2.2.1 Gravação de relatórios	9,00	0,00
2.2.2 Autenticidade e integridade das informações	5,00	0,00
2.2.3 Atualização das informações	9,00	0,00
2.2.4 Delimitação temporal das consultas	9,00	0,00
2.2.5 Série histórica dos dados	9,00	0,00
2.2.6 Facilidade para acesso aos dados abertos por softwares automatizados	9,00	0,00
2.2.7 Divulgação da estrutura dos arquivos de dados abertos	3,00	0,00
2.2.8 Atualização dos dados abertos	5,00	0,00
2.2.9 Série histórica dos dados abertos	7,50	0,00
2.3 Requisitos tecnológicos para a sessão Despesa	82,50	0,00
2.3.1 Gravação de relatórios	12,00	0,00
2.3.2 Autenticidade e integridade das informações	6,00	0,00
2.3.3 Atualização das informações	12,00	0,00
2.3.4 Delimitação temporal das consultas	12,00	0,00
2.3.5 Série histórica dos dados	12,00	0,00
2.3.6 Facilidade para acesso aos dados abertos por softwares automatizados	12,00	0,00
2.3.7 Divulgação da estrutura dos arquivos de dados abertos	4,00	0,00
2.3.8 Atualização dos dados abertos	5,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE X
CÁLCULO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL - ITM_{pe}
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Critério de avaliação	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
2.3.9 Série histórica dos dados abertos	7,50	0,00
2.4 Requisitos tecnológicos para a sessão Licitações	82,50	0,00
2.4.1 Gravação de relatórios	12,00	0,00
2.4.2 Autenticidade e integridade das informações	6,00	0,00
2.4.3 Atualização das informações	12,00	0,00
2.4.4 Delimitação temporal das consultas	12,00	0,00
2.4.5 Série histórica dos dados	12,00	0,00
2.4.6 Facilidade para acesso aos dados abertos por softwares automatizados	12,00	0,00
2.4.7 Divulgação da estrutura dos arquivos de dados abertos	4,00	0,00
2.4.8 Atualização dos dados abertos	5,00	0,00
2.4.9 Série histórica dos dados abertos	7,50	0,00
2.5 Requisitos tecnológicos para a sessão Contratos	65,50	0,00
2.5.1 Gravação de relatórios	9,00	0,00
2.5.2 Autenticidade e integridade das informações	5,00	0,00
2.5.3 Atualização das informações	9,00	0,00
2.5.4 Delimitação temporal das consultas	9,00	0,00
2.5.5 Série histórica dos dados	9,00	0,00
2.5.6 Facilidade para acesso aos dados abertos por softwares automatizados	9,00	0,00
2.5.7 Divulgação da estrutura dos arquivos de dados abertos	3,00	0,00
2.5.8 Atualização dos dados abertos	5,00	0,00
2.5.9 Série histórica dos dados abertos	7,50	0,00
Total	1.000,00	564,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c60799c8c

APÊNDICE XI
REPASSE DO DUODÉCIMO À CÂMARA DE VEREADORES
LIMITES (*caput* do art. 29 – A, da CF/88, e LOA) e CONFRONTO
Prefeitura Municipal de Condado

Descrição	Valor (R\$)
1 RECEITA TRIBUTÁRIA	2.643.831,56
1.1 IPTU	82.647,33(1)
1.2 ISS	482.809,60(1)
1.3 ITBI	52.963,02(1)
1.4 IRRF (retido pelo Município)	1.215.738,36(1)
1.5 Taxas	303.148,12(1)
1.6 Contribuições de Melhoria	0,00(1)
1.7 COSIP	498.396,16(1)
1.8 Multa e Juros de natureza tributária	8.128,97(1)
2 TRANSFERÊNCIAS	21.403.890,58
2.1 Cota IOF - Ouro	0,00(1)
2.2 Cota ITR	4.019,90(1)
2.3 Cota IPVA	590.402,41(1)
2.4 Cota ICMS	2.850.825,96(1)
2.5 Cota IPI	8.920,85(1)
2.6 Cota FPM - Parcela Mensal (CF, art. 159, I, b)	17.928.994,05(1)
2.7 Cota FPM - Parcela extra do mês de dezembro (CF, art. 159, I, d)	0,00(1)
2.8 Cota FPM - Parcela extra do mês de julho (CF, art. 159, I, e)	0,00(1)
2.9 Cota ICMS - Desoneração	5.956,06(1)
2.10 CIDE	14.771,35(1)
3 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.282,92
3.1 Dívida Ativa Tributária (Principal)	54.282,92(1)
3.2 Dívida Ativa Tributária (Multas e Juros)	0,00(1)
4 RECEITA EFETIVAMENTE ARRECADADA EM 2015 (1+2+3)	24.102.005,06
5 Percentual estabelecido para o Município de acordo com a população	7,00(2)
Confronto	
A. Valor do 1º Limite = (4 x 5)	1.687.140,35
B. Valor do 2º Limite (Despesa Autorizada para Câmara em 2016)	2.400.000,00(3)
C. Valor repassado ao Legislativo (incluindo os inativos)	1.635.004,08(4)
D. Gastos com inativos	0,00(5)
E. Valor repassado ao Legislativo (sem os inativos) = (C-D)	1.635.004,08
F. Valor permitido (menor dos valores = A ou B)	1.687.140,35
G. Diferença entre o valor permitido e o valor repassado = (F-E)	52.136,27

Fontes de Informação:

(1) Relatório de Auditoria do Processo de Contas de Prefeito do exercício anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e4e99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

- (2)Constituição Federal, art. 29-A, e IBGE (população estimada para 2016).
- (3)Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada do município (Anexo 11 da Lei Federal nº 4320/64 (documento 17)
- (4)Demonstrativo que evidencie os repasses de duodécimos feitos à Câmara Municipal (documento 41)
- (5)Demonstrativo da despesa por categoria econômica da Câmara (Documento 18)

Observações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.te.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac6c0799c8c

APÊNDICE XII
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Fundo Municipal de Saúde - FMS
(Arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 24 e 33 da LC nº 141/2012, e portaria STN nº 407/2011)
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
1 DESPESAS COM SAÚDE	8.901.722,04
1.1 Atenção Básica	4.141.459,21(1)
1.2 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.818.571,47(1)
1.3 Suporte Profilático	66.754,45(1)
1.4 Vigilância Sanitária	26.977,00(1)
1.5 Vigilância Epidemiológica	146.943,76(1)
1.6 Alimentação e Nutrição	0,00(1)
1.7 Outras subfunções	1.701.016,15(1)
2 (-) DEDUÇÕES	6.190.465,24
2.1. Despesas com inativos e pensionistas	0,00
2.2. Despesa com ASPS sem caráter universal	0,00
2.3. Despesas custeadas com outros recursos da saúde	6.055.239,18
2.3.1 Despesas pagas com Transf. para Saúde (inclusive receita de aplic. fin. desses recursos)	6.055.239,18(2)
2.3.2 Despesas pagas com Receita de Serviços de Saúde	0,00(1)
2.3.3 Despesas pagas com Outros Recursos	0,00(1)
2.4. Despesas indevidas em ações e serviços públicos de saúde	0,00
2.5. Cancelamento de restos a pagar processados, no exercício	94.023,13(3)
2.6. Restos a Pagar não processados sem disponibilidade de caixa	41.202,93(4)
3 DESPESAS PRÓPRIAS – recursos oriundos do FMS (1-2)	2.711.256,80
4 RMA Saúde (acumulado dos exercícios anteriores)	9.696.413,95
4.1. RMA Saúde (2013)	2.977.187,78(5)
4.2. RMA Saúde (2014)	3.226.387,56(6)
4.3. RMA Saúde (2015)	3.492.838,61(6)
5 Montante aplicado em ASPS (acumulado dos exercícios anteriores)	12.221.258,93
5.1. Montante aplicado em ASPS (2013)	3.833.311,91(7)
5.2. Montante aplicado em ASPS (2014)	4.727.701,96(8)
5.3. Montante aplicado em ASPS (2015)	3.660.245,06(6)
6 Montante acumulado não aplicado em exercícios anteriores	0,00
6.1. Em 2013 (04.01.-05.01.)	0,00
6.2. Em 2014 (04.02.+6.1.-05.02.)	0,00
6.3. Em 2015 (04.03.+6.2.-05.03.)	0,00
7 TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM ASPS – Recursos do FMS após vinculação de transferências (3 - 6)	2.711.256,80



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE XII
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Fundo Municipal de Saúde - FMS
(Arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 24 e 33 da LC nº 141/2012, e portaria STN nº 407/2011)
Prefeitura Municipal de Condado - Exercício 2016

Descrição	Valor (R\$)
8 Receita Mínima Aplicável em APPS (2016)	25.182.481,00(9)
9 PERCENTUAL APLICADO (07. / 08.) x 100	10,77

Fontes de Informação:

- (1) Demonstração da despesa realizada, em projetos e atividades, nas respectivas funções e programas (documento 20)
- (2) Comparativo da receita orçada com a arrecadada (Documento 16)
- (3) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores a 2016 (documento 28)
- (4) Relação consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (documento 27)
- (5) Relatório de Auditoria de 2013
- (6) Relatório de Auditoria de 2015
- (7) Relatório de Auditoria de 2013
- (8) Relatório de Auditoria 2014
- (9) Apêndice V deste relatório (RMA).

Observações:

Consideradas as receitas 1721.33.00.00 + 1722.33.00.00 + 1325.01.03.00 = R\$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://etc.te.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e4e99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: e4e99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE XIII
CÁLCULO DO RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

Descrição	Valor (R\$)
Receita Previdenciária (A)	5.182.368,39
Receita Orçamentária do RPPS	5.182.368,39(1)
Aportes para cobertura de deficit atuarial	0,00(2)
Despesa Previdenciária (B)	4.680.603,24
Despesa Orçamentária do RPPS	4.680.603,24(3)
Resultado Previdenciário (C = A - B)	501.765,15

Fonte: (1)Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do RPPS (Documento 45)
(2)Apêndice I deste relatório (Análise da Receita Arrecadada).
(3)Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza do RPPS (Documento 46)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO FELIPE SANTIAGO MAIA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e4c99240-79dd-4d54-82f0-5ac660799c8c

APÊNDICE XIV
CÁLCULO DO RESULTADO ATUARIAL

Descrição	Valor (R\$)
Valor presente dos bens e direitos do Plano Previdenciário do RPPS (A = B+C+D)	177.456.389,46
Valor do ativo do RPPS (B)	2.595.970,68
Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	2.595.970,68(1)
Valor presente das contribuições a receber (C)	22.738.272,08
Valor presente das contribuições futuras e compensações a receber – benefícios concedidos	0,00(1)
Valor presente das contribuições futuras e compensações a receber – benefícios a conceder	22.738.272,08(1)
Provisão matemática para cobertura de insuficiências financeiras asseguradas por lei (D)	152.122.146,70(1)
Custo Total do Plano a valor presente (E=F)	180.470.672,88
Valor presente dos benefícios futuros (F)	180.470.672,88
Valor presente dos benefícios futuros – encargos de benefícios concedidos	61.139.968,09(1)
Valor presente dos benefícios futuros – encargos de benefícios a conceder	119.330.704,79(1)
Deficit/Superavit (A-E)	-3.014.283,42

(1) Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA de 2017 (documento 32)

Fonte: